

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2013-2017**-----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----
----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E SETE** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente, em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Jorge Manuel Jacinto Marques, Nuno Nabais Santos, Rosa Maria Gomes Lourenço, Nuno Ricardo

Dinis de Abreu, Ana Paula Viseu, Susana Maria Costa Guimarães, Maria João Bernardino Correia, Tiago Ivo Cruz, Francisco Alves Silva Ramos, Gabriel Baptista Fernandes, Luis Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes, Paulo Manuel Bernardes Moreira e Luis Alberto Lucas Lopes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP) e Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS). -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Susana Maria Costa Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves Silva Ramos.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Nabais Santos.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 44/2017, de vinte oito de março de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Belarmino Ferreira da Silva, (PS- Presidente da JF de Marvila), à reunião 127ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (82ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de dezembro de 2016. -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp (PSD-Presidente da JF de Areeiro), à reunião 127ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (82ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de dezembro de 2016.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD) à reunião 134ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (1ª Sessão Ordinária – 2ª Reunião), realizada no dia 7 de março de 2017. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: José António Cardoso Alves (PS – Presidente da JF de São Domingos de Benfica), Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD-Presidente da JF de Santo António) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), à reunião 135ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (88ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 14 de março de 2017. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Catarina Albergaria e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** declarou aberta a reunião. --

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, público presente, pedia aos assessores que também libertassem o espaço central alocado aos Deputados Municipais, os vossos lugares. Pedia às Senhoras e Senhores Deputados que se sentassem, já temos quórum, vamos dar início à nossa sessão de hoje da Assembleia Municipal.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar à intervenção do público, só temos uma inscrição, José Cymbrom. O tema é a higiene urbana, dejetos de animais e o segundo tema, Proposta de um evento âncora para Lisboa. E, portanto, se os serviços pudessem fazer chegar ao púlpito o representante do público. -----

----- No entanto já temos várias inscrições para o período das Declarações Políticas, e os Grupos Municipais que quiserem exercer esse direito podem fazer chegar a sua inscrição à Mesa. -----

----- Lembrem-se que, de acordo com o Regimento, essa prerrogativa deve ser exercida até ao início dos trabalhos, vamos dar aqui alguma latitude, considerando que o início dos trabalhos é quando passarmos para o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Já temos 5 Grupos Municipais inscritos.-----

----- Senhor José Manuel, tem 3 minutos, é um tempo que não é longo, nós temos uma agenda longa por isso vamos ser rigorosos com o tempo, mas, depois, se quiser deixar mais documentação, alguma apresentação ou alguma documentação de suporte, nós faremos distribuir por todos os Grupos Municipais e por todos os Deputados Municipais.-----

----- Tem a palavra.”-----

----- **O Senhor José Cymbrom**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado por esta oportunidade, eu vou ler para não me dispersar.-----*

----- *Senhoras e Senhores falo-vos em meu nome, mas, principalmente em nome dos meus netos e certamente também em nome de todas as crianças de Lisboa.-----*

----- *Em Setembro do ano passado, escrevi ao Senhor Presidente da Câmara, uma carta que, embora fosse registada, não chegou ao destinatário e os serviços que a analisaram, dirigidos pelo Senhor Vice-Presidente, depois de algumas reuniões comigo nada fizeram para além de promessas que não cumpriram.-----*

----- *Dizia a carta: quem viver em Lisboa mais de uma semana e olhar para ela com objetividade, resistindo ao deslumbramento e ilusão que a luminosidade provoca, não poderá deixar de chegar à conclusão de que a nossa capital é uma cidade cheia de merda, desculpa palavra, mas a minha indignação não encontra outra.-----*

----- *O monumento e Maria José Nogueira Pinto, na Ribeira das Naus, para além de ter sido vandalizado apresentou esta Primavera, isto é 2016, durante mais de 15 dias, detritos humanos. Os pais e avós das nossas crianças têm muita dificuldade em encontrar um Jardim limpo e agradável onde possam deixar os filhos e netos brincarem sem a constante preocupação de se depararem com detritos de cão, vidros e beatas. Refiro-me essencialmente aos relvados.-----*

----- *E o que dizer em relação aos invisuais, principalmente quanto pensamos nas suas deslocações diárias nos passeios da nossa cidade.-----*

----- *Os meus ■■■ vivem a 100 metros do local onde nos encontramos. Desafio todos os presentes a irem aos Jardins Fernando Pessa, Gonçalo Trancoso, portanto, na Praceta Gonçalo Trancoso e Francisco de Moraes, também na Praceta, todos eles bem perto da Avenida de Roma, e digam-me, depois, em qual deles podemos brincar com segurança e prazer estético com as crianças.-----*

----- *Quanto à Proposta para o evento âncora em Lisboa entrego-a, por falta de tempo, à Mesa, mas deixo aqui uma brevíssima síntese: Lisboa tem excelentes condições para realizar, anualmente, um evento âncora com a duração de uma semana.-----*

----- *Começaria a 7 de Junho, dia da assinatura do Tratado de Tordesilhas, há um original na Torre do Tombo, e terminaria a 13, dia de Santo António e de Pessoa, no meio está o dia de Camões, de Portugal e das Comunidades.-----*

----- *As manifestações culturais que estas efemérides poderiam originar, mostrariam a essência da especificidade da nossa cultura, descobrimentos, religião e poesia.-----*

----- *Falei também sobre isto mais de uma vez com o Senhor Vice-Presidente que nada mais fez do que criar, de início, algumas expectativas. Muito Obrigado.”-----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor José Manuel. A Mesa fará distribuir o documento que está a entregar e estou certo de que os diferentes Grupos Municipais, bem como a Câmara, tomaram boa nota das suas críticas e também das sugestões que fez.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 6/2016 - PELO FIM DOS DESPEJOS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE CARÊNCIA ECONÓMICA, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 1/135 (3ª CP) SOBRE A PETIÇÃO 6/2016

----- (A Petição nº 6/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3º Comissão Permanente relativa à Petição nº 6/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação nº 1/135 da 3º Comissão Permanente relativa à Petição nº 6/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação nº 4/135 do Bloco de Esquerda relativa à Petição nº 6/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação nº 5/135 do Bloco de Esquerda relativa à Petição nº 6/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos dar início à nossa Ordem de Trabalhos, nós temos como 1º Ponto a apreciação da Petição 6/2016 ‘pelo fim dos despejos de famílias em situação de carência económica’.

----- Temos como representante dos peticionários Ana Rita Silva terá direito a 10 minutos para apresentar a Petição e depois os diferentes Grupos Municipais que queiram usar da palavra, nós temos 1 vez e meia a grelha base. -----

----- Temos depois Parecer da 3ª Comissão Permanente que a seguir à apresentação, será apresentado é o Senhor Deputado Municipal André Couto.-----

----- Temos uma proposta de Recomendação que é a 1/135 da 3ª Comissão e depois temos também 2 recomendações que é a número 4/137 e a número 5/137 apresentadas pelo Bloco de Esquerda.-----

----- Estamos já a receber inscrições para este ponto, portanto, os Senhores representantes dos Grupos Municipais podem fazer chegar as inscrições à Mesa. -----

----- Podemos começar, por favor, Ana Rita Silva, começando a contar agora, 10 minutos.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Rita Silva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só dizer que nós vamos dividir a nossa intervenção entre nós as três.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Muito bem. Desde que o tempo se mantenha o mesmo, que façam a gestão que entenderem.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Rita Silva,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “*Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros do Executivo, estimado público e uma especial atenção às famílias em situação de vulnerabilidade, em vias de despejo ou sem casa, que estão aqui hoje, ali em cima, a lutar pelo seu direito à habitação e pelo direito à habitação de todos.*-----

----- *Há um ano atrás entregámos uma Petição esta casa que pedia que não se fizessem despejos sem estarem asseguradas alternativas adequadas à proteção e à integridade da família e que se criassem novas políticas de habitação que respondessem às necessidades sociais existentes.*-----

----- *Passado um ano, podemos dizer que a situação se agravou. São cada vez mais as famílias que nos procuram, a Associação Habita, em Lisboa, os preços da habitação não pararam de aumentar, as famílias ameaçadas de despejo também aumentaram. --*

----- *O que está a acontecer em Lisboa não pode ser visto como uma inevitabilidade do destino ou como uma exigência do mercado a que temos que nos vergar ou a única forma de termos reabilitação urbana. Se esta nos está a expulsar da nossa cidade e se tudo isto está a expulsar as famílias de Lisboa, ao invés as fixar, e de lhes dar condições de vida.*-----

----- *É preciso encarar a realidade de frente, os problemas de frente e compreender que cada problema nesta dimensão tem uma causa política, de políticas e tem soluções políticas, haja vontade de as criar.*-----

----- *Alguns dos problemas que a autarquia deve encarar de frente, e que trazemos aqui, são a inacessibilidade da habitação em Lisboa, a sobrelotação na habitação social e o problema dos despejos. Não vemos solução para estes problemas.*-----

----- *O preço da habitação sobe muito mais do que os rendimentos médios e baixos dos habitantes de Lisboa que não podem pagar e há uma ausência de políticas que consigam responder satisfatoriamente ao problema.*-----

----- *É necessário ir além do que é enumerado no Parecer da Comissão que analisou nossa Petição, é preciso medidas estruturais que controlem os preços do arrendamento e que desenvolvam habitação acessível suficiente e para todos.*-----

----- *As soluções estão na regulação, na fiscalidade, no planeamento, medidas estruturais e não programas pontuais.*-----

----- *Outro problema que a autarquia tem de olhar de frente é o da sobrelotação que se agiganta na habitação camarária, se há quase 10 anos atrás se acabou com os desdobramentos por uma questão de equidade com outras famílias, que não vivendo na habitação social, também tinha que ter direito de concorrer a esta, hoje não se tendo criado novas soluções, temos o novo problema que é o facto de as famílias na habitação social terem crescido, mas a sua situação social não ter melhorado, ficando encalhadas na casa dos pais, dos sogros, dos avós em situação de sobrelotação, muitas vezes insustentável.*-----

----- São várias gerações dentro da mesma casa que não conseguem ir para o mercado, nem pontuação suficiente para aceder a uma casa compatível com os seus rendimentos. Esta realidade está a dar origem a novos problemas sociais nos bairros de Lisboa. A falta de novas respostas de habitação social e a degradação dos rendimentos das famílias, vieram criar graves situações com listas de espera gigantes e, por isso, o problema de ocupação de casas vazias permanece e deve ser tratado, não como caso de polícia, mas como um problema social. -----

----- Peço aos Senhores Deputados que se coloquem no lugar de uma família, normalmente mulheres com crianças, que vendo-se numa situação de grave carência de habitação e perante casas que estão vazias há anos, entram nestas e aí, finalmente, encontra uma casa para morar e para cuidar. Estas pessoas, antes de fazerem um ato desta envergadura, concorrem várias vezes o RAHM e nada, vão à Segurança Social e nada, vão à Santa Casa da Misericórdia e nada, vão à Câmara e nada, os rendimentos são demasiado baixos para entrar numa casa no mercado, também não dá para irem para Odivelas ou para Loures, e aí perdíamos mais umas famílias de Lisboa, veem casas fechadas, abandonadas, e entram. Tão ilegal é a ocupação de uma casa como imoral deixar esta vazia ou não ter uma política capaz de responder às necessidades das pessoas. -----

----- O que dizemos com esta Petição é que estas famílias não podem ser atiradas para a rua sem que estejam garantidos os seus direitos humanos fundamentais, sem que esteja garantida a sua proteção e dignidade, porque estas famílias não são culpadas, são antes vítimas do desemprego, da precariedade, dos baixos salários, de erradas políticas de habitação, são também vítimas de exclusão social. -----

----- Independentemente de nos responderem que aquelas casas serão para atribuir a outras famílias que concorrem ao RAHM, ou que estas famílias estão a retirar a outras, respondemos que as casas estavam vazias há anos, algumas continuam, que não se pode colocar famílias contra famílias quando o problema é de políticas, ou da falta delas, em modo suficiente para fazer face aos problemas. Respondemos que, independentemente de tudo, a situação social da família tem de ser salvaguardada, a ocupação não é a causa do problema é uma consequência dele, pedimos que estas situações sejam analisadas com sensibilidade social e que, acima de tudo, sejam garantidos os direitos humanos. Pedimos que se desenvolva novas políticas de âmbito estrutural, que se adequem os regulamentos e que até lá se suspendam todos os despejos de famílias em situação de vulnerabilidade económica, se não houverem soluções. -----

----- Finalmente, quero referir-me brevemente ao Parecer da Recomendação que resultaram do estudo desta Petição. -----

----- Notamos que a questão das alternativas ao despejo foi, de certa forma, evitada e que se refere de forma vaga à ativação da rede social. Senhoras e Senhores Deputados, a rede social, hoje, não dá resposta adequada a estas situações, nem Santa Casa, nem Segurança Social, quando a rede social tiver respostas adequadas, então sim. Os Senhores Deputados referem, logo no início do Parecer, a prioridade da reabilitação, concordamos que é necessária, mas a reabilitação que temos hoje tem

servido, sobretudo, os grandes interesses imobiliários e está a expulsar os moradores da habitação, está a expulsar da cidade, pela via do aumento desmesurado dos preços da habitação. Uma reabilitação que sirva a todos é possível e é diferente do que temos hoje. Os regulamentos apresentados, independentemente da boa vontade que possam ter, não estão a responder aos problemas que se avolumam em termos de acesso à habitação em Lisboa, não podem deixar os Senhores e as Senhoras Deputadas tranquilos. -----

----- *A habitação a preços controlados que os Senhores Deputados recomendam poderá ser, com certeza, o Programa de Renda Acessível que promete 5 mil casas a preços acessíveis, independentemente da bondade da Proposta, alertamos para o facto de não responder aos problemas que temos hoje, não há um horizonte temporal para esta meta e tudo leva a crer que vai demorar anos, é totalmente insuficiente para as necessidades, não será suficiente para pressionar para baixo o preço da habitação e tem uma conceção de cidade segregada, os pobres nos bairros sociais, a classe média no centro.* -----

----- *Precisamos, pois, de políticas corajosas e ambiciosas que enfrentem os interesses imobiliários a favor do direito à habitação, esta deve ser hoje a prioridade da Câmara e a Associação Habita, e as famílias que nos acompanham, estamos disponíveis para colaborar com a autarquia na elaboração de alternativas, sabemos que elas existem, estamos preparados para um diálogo construtivo e, por isso, apontamos as nossas preocupações, críticas, Propostas e consideramos que o diálogo não se pode acabar aqui.*”-----

----- **A Muniçipe Senhora Susana Baptista**, no uso da palavra, deu o seguinte exemplo: -----

----- *“Boa tarde a todos. Eu venho com muitas mais famílias que estão ali em cima, só vos queremos poder demonstrar a situação que estamos a viver. Vivemos em casa de familiares diretos, onde a Gebalis, nem ninguém, vai lá a casa para saber quantos vivemos nesta mesma casa, quando o titular da casa morre, aí sim! A Gebalis vai lá e põe todos na rua, inclusive eu, com 3 crianças, um filho deficiente, estou a ser posta na rua há um ano, da casa do meu avô, o José da Silva Batista. Acontece não só comigo como com muitas pessoas que estão connosco nesta luta, obrigada.”* -----

----- **A Muniçipe Senhora Patrícia**, no uso da palavra, deu o seguinte exemplo: -----

----- *“Boa tarde, eu venho também falar, não só de mim mas também de várias famílias que estão na mesma situação que eu. Eu saí de uma instituição, infelizmente não tenho família, e recebi uma carta que tinha 3 dias para estar fora da minha casa. Eu não sei o que é que hei de fazer mais, já fiz inscrição à IHRU, à Câmara já pedi ajuda na Santa Casa. E eu não vejo nada. De ambas as partes. Muito obrigada.”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Obrigado pela intervenção. Dada a relevância, agradecer aos petiçãoários dada a relevância do tema, eu dei alguma latitude, mas o facto é que o público não se pode manifestar, não pode ter intervenção nos trabalhos, mas dada a relevância do tema e das situações que são expostas e o próprio empenhamento que a Assembleia Municipal*

de Lisboa tem tido no acompanhamento destas matérias, que inclusive tem um Grupo de trabalho que acompanha muitas das situações que aqui são colocadas, justificam esta latitude, mas que é uma latitude excecional e que não se deve repetir no decurso dos nossos trabalhos.-----

----- Nós temos um Parecer que analisou a Petição da 3ª Comissão Permanente, o autor do Parecer é o Deputado Municipal André Couto, do Partido Socialista, portanto, vou-lhe dar a palavra para apresentar o Parecer da 3ª Comissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhores Deputados, os trabalhos desta Comissão no que diz respeito à Petição 6 decorreram céleres, a Comissão analisou todos os regulamentos e normas em vigor, extenso número de diplomas e seguiu-se, como não poderia deixar de ser, a audição dos representantes dos subscritores e também da Senhora Vereadora.-----

----- Recomendámos à Câmara Municipal de Lisboa, por unanimidade, e isto é um dos pontos importante de referir, que se encontrem soluções de arrendamento a preços controlados, num 1º ponto.-----

----- Num 2º ponto, a continuação do trabalho de avaliação das ocupações abusivas, algo que já acontece, acionando a rede social local e a promoção da celebração de acordos de liquidação de dívida, como forma de nós conseguirmos evitar situações que possam ser mais complicadas, em termos sociais, para as famílias.-----

----- E no 3º ponto, a definição de programas de intervenção na habitação pública ao nível da construção, por forma a dar resposta às necessidades.-----

----- Terminámos, por unanimidade também, saudando os subscritores da Petição pela forma como enriqueceram a vida democrática da nossa Comissão e também desta casa. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado, vamos agora dar a palavra aos oradores dos diferentes Grupos Municipais que se inscreveram.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, cara Vereação, caros Deputados, caro público.-----

----- Em 1º lugar, queria saudar os peticionários que a iniciativa de apresentarem esta Petição, em defesa do direito à habitação e, acima de tudo, de condições de habitabilidade e, obviamente, por aqui terem dado nota dos vossos testemunhos vivos.

----- É do conhecimento geral o número de processos de pedidos de atribuição de Habitação Social Municipal, como também é conhecido os milhares de fogos em Bairros Municipais que se encontram abandonados, vandalizados ou emparedados sem que sejam ocupados por ausência de investimento camarário.-----

----- Por variados fatores, o acesso à habitação Lisboa tem-se tornado mais difícil. Os programas existentes não têm permitido ajudar a regular o mercado, há semelhança

dos objetivos alcançados em vários programas lançados pela extinta EPUL. Por outro lado, a sobrelotação de frações municipais, muitas vezes com o conhecimento e autorização da Gebalis, e noutros casos sem a devida regularização, tem originado situações de total ausência de condições de confortabilidade, de habitabilidade a que importa encontrar respostas. Temos assistido a despejos de habitações municipais ocupadas indevidamente, constituindo casos de desespero, sem que haja o devido acompanhamento social, segundo relatos, que temos assistido de vários moradores nos locais.-----

----- Perante estas situações, obviamente, não podemos fechar os olhos como se não fosse um problema de todos nós. Em muitos casos, teríamos que não ter coração para não entender o motivo que leva uma pessoa a ocupar uma casa, filhos pequenos sem qualquer apoio ou condições mínimas, noites ao relento, frio e expostos a inúmeros perigos, enquanto assistem a casas fechadas durante anos, pela Gebalis, sem qualquer utilidade.-----

----- Concordando com as Propostas de Recomendação e com a construção de novos fogos, se assim for entendido como estratégico e necessário, urge, primeiramente, efetuar um diagnóstico claro, bairro a bairro, e priorizar a reabilitação dos fogos degradados ou vandalizados.-----

----- O Grupo de Trabalho criado nesta Assembleia continuará atento e a acompanhar os problemas que os munícipes nos têm relatado tentando, na medida que nos é possível, é um órgão fiscalizador, a ajudar na sua resolução.-----

----- Não queria também deixar de aproveitar este momento para enaltecer e elogiar as associações de cariz social, criadas por moradores e sediadas no coração de cada bairro, que contribuem, assim, para dar conforto, condições e ânimo a quem por passa por estas dificuldades.-----

----- Dizer também, porque entretanto foram entregues 2 Recomendações do Bloco, relativamente à 1ª, que nos fala sobre incumprimento do pagamento das rendas e à alteração dos procedimentos, dizer que eu penso que este é o procedimento atual neste momento, mas de qualquer forma CDS concorda com estas Propostas do Bloco e, portanto, votará favoravelmente.-----

----- Quanto à Recomendação número 5 que nos fala sobre as ocupações ilegais, que ainda agora foi aqui relatado um caso por uma das peticionárias, o CDS, obviamente, concorda com o ponto 1, aliás, não tem dito outra coisa que não seja a recuperação do património habitacional municipal, nomeadamente destes, penso que, 1600 fogos que se encontram devolutos, degradados e vandalizados e que têm sido ocupados por muito desespero das pessoas que, por razões familiares, sociais, económicas não encontram habitação, vê uma casa fechada, muitas vezes com algumas condições quando não as têm, as pessoas tratam de as arranjar e acabam para as ocupar, obviamente que não podemos concordar com a ocupação ilegal em si, porque é uma ocupação ilegal, mas obviamente que percebemos o desespero destas pessoas que olham para uma casa que está fechada há anos, que veem uma lista de milhares de pessoas, porque, de facto, são milhares de às pessoas que se candidatam à habitação municipal, social, e que não

veem resposta e, simultaneamente, temos estes fogos degradados aos quais não é dado qualquer, não é efetuada qualquer reabilitação.-----

----- Portanto, neste ponto, eu acho que temos é que ser mais cuidadosos com a redação que nos é apresentada pelo Bloco e, obviamente, temos que encontrar aqui um equilíbrio, porque se da mesma forma que estas pessoas que ocupam ilegalmente, como diz o regulamento, estas habitações, sabemos quais são as razões de fundo e temos que as compreender e temos que ser solidários; por outro lado também não podemos esquecer os milhares de pessoas que estão em lista de espera e que se candidatam através de um regulamento próprio do Município e, portanto, que aguardam também casam alguns deles há mais de um ou dois anos e, portanto, temos que olhar para estas duas realidades e tentar encontrar aqui respostas sociais que respondam a estas duas realidades e se ajuste para com as duas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. Antes de mais agradecer a Petição. Tantas mulheres e homens que assinaram esta Petição e que hoje vieram aqui expor os seus casos dramáticos. -----

----- O problema da habitação em Lisboa é o problema mais grave e o maior problema da cidade. Durante todo este mandato temos visto, se não semanalmente, quase semanalmente, os casos mais dramáticos expostos nesta Assembleia. É um sinal de fracasso deste executivo, um executivo que não foi capaz de responder ao mais importante numa cidade que é o direito a ter um teto e a viver com dignidade. Este é o principal sinal de fracasso deste executivo. E é um sinal de fracasso, porque os problemas são monstruosos e as respostas inexistentes, porque foi seguida uma estratégia errada, aliás, esta Petição foi entregue há vários meses atrás, ou em Junho ou em Julho do ano passado, esteve, por várias razões, adiada a sua discussão aqui, mas é no dia de hoje, que é feita esta discussão e, no mesmo dia em que vão a leilão mais casas do município para ser entregues a privados e não servir o propósito essencial para o qual o Município devia focar a sua atenção, que era prestar habitação aos munícipes de Lisboa. -----

----- Dez casas vão ser hoje leiloadas, dez apartamentos, um número igual às mesmas dez casas que foram disponibilizadas no programa de renda convencionada e que teve, com vocês sabem, 3300 candidaturas. 3300 pessoas candidataram-se a 10 casas, dá por cada casa 330 pessoas. Este é o melhor dos sinais de que não há uma capacidade de resposta na Câmara Municipal de Lisboa para o drama da habitação. -----

----- Mas queria também dizer-vos que na audição, na Comissão, da Senhora Vereadora, foram-nos dadas muitas informações, o número de chaves entregues, o número de subsídios de arrendamento, os pedidos de habitação, os fogos que estão em obra, as preparações das empreitadas, mas não nos foi dada resposta a 3 perguntas essenciais e para as quais era bom ter uma resposta:-----

----- Quantos fogos devolutos municipais existem? Quantas casas vazias? Nós sabemos, as pessoas que estão ali sentadas sabem, nos seus bairros as portas blindadas a ferro, fechadas sem ninguém lá dentro. -----

----- A 2ª resposta era quantas ocupações ilegais existem neste momento? Esta Petição concentra-se nisso, nas ocupações, nos despejos das ocupações e era preciso saber se a Câmara souber que nos diga, quantas casas? Qual é o conhecimento tem? Quantas casas estão ocupadas ilegalmente neste momento? -----

----- E a 3ª informação relevante são quantos despejos foram feitos desde o início do mandato e quantos processos de despejo estão em curso? Porque nós sabemos, porque estas vozes vêm cá contar-nos que há várias pessoas notificadas para sair, tivemos aqui também a Carla Ferreira, há uns meses, a dizer que lhe penduraram na porta um papel a dizer que tinha 3 dias para sair de casa, caso contrário, incorria na pena de prisão até um ano e, portanto, precisamos de respostas a estas perguntas. -----

----- Mas acho que o mais relevante nesta discussão é perceber o quanto nos envergonha cada vez que uma mulher vem este microfone contar a sua situação, como é que nos envergonha, envergonha a Câmara Municipal de Lisboa, que não haja uma resposta digna a quem precisa de um teto para viver, envergonha-nos que haja tanta gente nesta cidade a precisar de casa e tanta falta de capacidade de resposta por parte do Município. -----

----- O Município devia concentrar todas as suas energias, todos os seus recursos, os recursos mais importantes que tem, em resolver o problema da habitação apresentamos o Programa da Renda Convencionada e é a incapacidade de que vos falei das 10 casas para 3300 candidatos. Apresentam-nos um programa de alienação de património em que vemos o instrumento mais importante da cidade, são as casas que tem, a desaparecerem num mandato de 4 anos, milhões de euros de património vendido e, depois, olhamos para os Bairros Municipais e percebemos que há tanta coisa para fazer, há tantas casas para reabrir as que estão fechadas e disponibilizar, há tantas obras para fazer e dar condições de dignidade a quem vive nestes bairros e, muitas vezes, nós sabemos que vivem com muito frio no inverno e muito calor no verão e, portanto, não têm condições de habitabilidade dignas. -----

----- Era bom termos algumas respostas para as perguntas que coloquei e novamente saudar as petionárias que aqui trouxeram um problema tão importante e tão grave que deve ser resolvido imediatamente, porque as suas vidas dependem disto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Helena Roseta (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. Em 1º lugar saúdo os petionários na pessoa de Ana Rita Silva e todos os outros que aqui estiveram, outras sobretudo, e quero dizer-vos que a questão que trazem aqui é uma das questões mais difíceis com a qual nos confrontamos quando temos responsabilidades no poder executivo. -----

----- Respondo por ter sido Vereador da Habitação no mandato anterior, respondo pelos regulamentos que fizemos no mandato anterior e que, naturalmente, têm as suas limitações que são, aliás, criticadas muitas vezes pelas pessoas mas, antes disso, nem essas regras, havia e a situação era bastante mais caótica. -----

----- Respondo pelo facto de, no mandato anterior, ter sido muito difícil mobilizar verbas para fazer obras nos Bairros Municipais e felicito a Vereadora Paula Marques que conseguiu, neste mandato, uma coisa que não se conseguia em Lisboa, há muitos

muitos anos, que foi a mobilização de mais de 20 milhões de euros para conseguir fazer obras profundas dos Bairros Municipais e, nessas obras, também estão previstas as obras que permitem àquelas casas que estão vazias e que toda a gente sabe que existem e que têm vindo a diminuir, sejam trabalhadas, haja obras nessas casas para elas poderem ser atribuídas. A Câmara de Lisboa, em princípio, não atribui as casas quando elas não estão em condições de ser atribuídas e, portanto, é necessário, às vezes, um período entre detetar a casa que está vazia e ela poder ser entregue em devidas condições. -----

----- Também respondo pelo facto de, muitas vezes, não sabemos que as casas estão vazias, embora os gabinetes de bairro da GEBALIS façam um grande trabalho sobre isso e a Vereadora Paula Marques, neste mandato, tem feito esse trabalho com muito mais intensidade que eu fui capaz de fazer. Muitas vezes as pessoas saem das casas e não entregam as chaves, outras vezes há casas que têm processos que estão pendurados em tribunal e há situações que, efetivamente, se prolongam no tempo. -----

----- Mas a insatisfação, acho que é comum, acho que não há ninguém nesta Assembleia Municipal que não fique inquieta, insatisfeita, inconformada com o não conseguirmos fazer mais em matéria de habitação e, portanto, queria dar este testemunho e dizer-vos duas coisas que me parecem muito relevantes. -----

----- Nós não temos uma política de habitação a nível nacional há muitos anos, há muitos anos, desde 2009 que deixou de haver dinheiro para o programa especial de realojamento que foi o programa que pagou, basicamente, os bairros que se fizeram em Lisboa para realojamento das barracas, antes disso já tinha acabado, desde 2013, nunca mais houve verbas, nem sequer para o PROHABITA, para poder dar apoio pontual e individual às famílias. -----

----- A questão é, certamente, da Câmara de Lisboa mas é uma questão nacional e, por isso, aquilo que eu vos queria aqui trazer era, de certa maneira, um desafio a todas as Deputadas e a todos os Deputados para nos juntarmos e fazermos uma tomada de posição desta Assembleia, se possível de todos, para que, a nível nacional, seja feita legislação relativamente à questão dos despejos, que continuamos a não ter legislação séria sobre isto, a única legislação que temos é o Código Civil, para os contratos de arrendamento privados e é depois a Lei da Renda Apoiada que já foi bastante melhorada, mas que continua a prever desocupações, quando há incumprimento. Portanto, evidentemente, quando há incumprimento por culpa dos inquilinos que não querem cumprir por qualquer razão, terão que ser sancionados. Nós sabemos que há incumprimento, às vezes, por carência económica. A nova Lei da Renda Apoiada vai mais longe que os Regulamentos Municipais de Lisboa e já não permite que a pessoa seja desocupada por carência económica porque deve, primeiro, procurar ter um contrato de liquidação de dívida e isso já está na nova lei. O que não está na nova lei, nem está em lado nenhum, nem há Proposta nenhuma e a Assembleia da República já levantou a sua voz nesta matéria por unanimidade aliás, é a necessidade de se criar um programa nacional com verbas para dar resposta a certas situações, habitações sempre que possível, e se não houver habitações, pelo menos, uma prestação social da

Segurança Social que permita às pessoas encontrarem casa de um arrendamento acessível.-----

----- Eu lembro aos Senhores Deputados: quando estamos doentes, a Segurança Social dá-nos um subsídio de doença, quando estamos desempregados, a Segurança Social dá-nos um subsídio de desemprego, quando nos morre alguém podemos ter um subsídio de viuvez, se for o caso de um casal. Senhores Deputados, se ficarmos sem casa e, infelizmente em todo o país há milhares de famílias que estão na iminência de estar sem casa, ou que já ficaram mesmo sem casa, estão a viver por favor em casa de alguém, que não têm nada da Segurança Social, quando muito 3 semanas numa pensão. É isto que é uma lacuna grave, é uma lacuna nacional, Lisboa sofre também desta lacuna, penso que em Lisboa podemos e queremos fazer mais e a Vereadora da Habitação, certamente nos dirá o esforço que está a fazer para irmos muito mais longe.

----- Senhores Deputados, nós precisamos de exigir uma política nacional em matéria de habitação para as famílias pobres, essa política, neste momento, não existe. É só isto que eu queria trazer aqui como testemunho.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Os Verdes saúdam os peticionários por esta iniciativa que pretende pôr fim aos despejos de famílias em situação de carência económica, sem estarem salvaguardadas as alternativas dignas e adequadas.-----

----- Relembramos que a habitação é um direito fundamental à vida, consagrado na Constituição da República Portuguesa e em tratados internacionais ratificados pelo nosso país, apesar de a política que tem sido desenvolvida ser contrária à sua proteção.

----- Para Os Verdes é inaceitável que possa haver despejos sem ser analisada em pormenor a situação social do agregado familiar e sem estarem garantidas alternativas adequadas.-----

----- Esta petição refere casos concretos e acabámos de ouvir alguns testemunhos que não são casos isolados e que infelizmente se multiplicam pela cidade. Há anos que ouvimos pedidos de ajuda por parte de famílias sem casa, que se veem obrigadas a viver na rua, em carros ou a ocupar casas que estavam vazias há anos.-----

----- Falamos de famílias com rendimentos muito baixos mas que não têm acesso a habitação municipal, a subsídio de arrendamento, nem a qualquer outra forma de apoio.-----

----- Cada caso tem de ser analisado estudando todas as alternativas possíveis. Dizer às pessoas que não vão ter onde viver não é solução! Dizer às famílias que os regulamentos serão cumpridos não chega. Isto não se resolve tendo em conta apenas números e fórmulas.-----

----- Despejar famílias sem que tenham sítio para ir é uma violação do direito à habitação condigna. Não podemos permitir que as pessoas vivam com medo de não saberem onde vão viver amanhã.-----

----- Encontrar soluções para estas famílias é concretizar o direito à habitação e é inverter o esvaziamento da cidade, que está entregue ao turismo e apenas a quem pode pagar preços elevados.-----

----- Por isso, consideramos que é preciso aumentar a oferta pública de habitação social em número suficiente e com rendas adequadas ao rendimento das pessoas e combater a especulação imobiliária de modo a prosseguir os princípios consignados na Constituição da República Portuguesa.-----

----- Podem dizer-nos que pode demorar tempo e que é caro. Mas é de direitos humanos que estamos a falar.-----

----- Os Verdes reiteram, por isso, a sua saudação aos peticionários, reafirmando a justeza da suspensão dos despejos de famílias em situação de carência económica, sem estarem salvaguardadas as alternativas dignas e adequadas, e sua a solidariedade com as famílias que se encontram nesta situação, esperando que este problema se resolva, porque este não é só um problema destas famílias, é de todos nós.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Esta é, se calhar, na realidade a questão mais importante nesta cidade e nós vemos, e temos experiência própria, que levantámos aqui questões relativamente à situação concreta de um lote em Marvila que a Senhora Vereadora da Habitação prometeu que as obras de reabilitação iriam começar em 2015, ainda hoje não começaram. No entanto, assistimos a esta realidade muito clara, esta Câmara no âmbito da sua política de envolvimento com os grandes especuladores, dedica-se à venda do património e a respostas à cidade, mas nas zonas mais evidentes e centrais e de Turismo. Em relação aos bairros Municipais, em relação aos problemas reais da habitação, a Câmara é cúmplice no aumento do preço das rendas, no esvaziamento dos bairros, Na expulsão dos filhos dos lisboetas e agora dos mais idosos lisboetas a viverem em Lisboa e, portanto, a Câmara com o seu silêncio e com a sua ação desviando dotações que podiam ser para a habitação social, para a resolução dos problemas daqueles que vivem e trabalham em Lisboa, e sofrem muito, na realidade está dedicada a elevar esta cidade ao patamar mais alto no domínio da especulação. ---

----- Uma casa que há 2 anos era posta à venda por um preço já exacerbado 250 mil euros, hoje está novamente à venda por um preço de 430 mil euros, esta é a realidade concreta daquilo que a Câmara Municipal de Lisboa, na sua maioria do Partido Socialista, está a privilegiar, a especulação imobiliária, a expulsão nos bairros e nas Freguesias, das famílias mais pobres, mais carenciadas, com mais problemas de pagar rendas mais elevadas, favorecendo, de facto, aquilo que é o bom ambiente para aqueles que nos visitam e ajudam também a esvaziar os bairros das zonas centrais da cidade, onde vivem famílias, porque os donos transformam, quando podem, e têm podido, essa habitação de aluguer mensal em aluguer a dia e, portanto, aí é que realmente se provoca a expulsão. Há casos sucessivos que têm sido aqui sendo colocados, ao longo dos anos, não se trata de um ano de eleições, trata-se de anos e anos de trabalho e de luta e de Propostas, até aprovadas aqui nesta Assembleia, para a Câmara assumir realmente as suas responsabilidades.-----

----- O que aconteceu é que no ano passado com a forte pressão que aqui veio a esta Assembleia, foi proposto pela Mesa, pela Senhora Presidente, a criação de uma Comissão para acompanhar estas questões da habitação. Na realidade não reúne, na realidade não trouxe aqui nada, digamos, de exato, de levantamento, de Proposta, a realidade é que as coisas continuam a piorar. E se este município não põe ao serviço da habitação e da criação de condições para habitação daqueles que vivem, e cada vez mais desaparecem nesta cidade, então o que continuará a acontecer é mais especulação, mais problemas para quem cá vive, mais expulsões e isso nós não podemos aceitar. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, restante Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, restantes presentes.-----

----- Em 1º lugar, gostaria de saudar os peticionários por trazer a esta Assembleia este assunto, que é um assunto tem sido bastantes vezes aqui trazido por, quando permitimos que que falem antes dos nossos trabalhos, os munícipes, e também têm-nos causado bastantes preocupações.-----

----- Mas relativamente à Petição 6/2016 pelo fim dos despejos de famílias em situação de carência económica. É do conhecimento de todos que os direitos à habitação é um fator de dignidade humana, no entanto, nem sempre é respeitada. Se por um lado, não existem respostas por parte da política pública, por outro lado, existem abusos que hipotecam o acesso a quem precisa.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem evoluído no setor da fiscalização e classificação no acesso à habitação, mas não tem aplicado os recursos suficientes para impor uma política de habitação eficaz e sustentável.-----

----- Face aos vários casos relatados nesta Assembleia foi constituído um Grupo de Trabalho para acompanhar o tema da Habitação e neste sentido esperamos que as escolhas políticas recaiam sobre o aumento da capacidade com investimento no setor da habitação para o arrendamento a preços controlados e não sobre o permitir que abusos se tornem definitivos e permitam que, pessoas que não respeitaram determinadas regras, passem à frente de quem precisa e quem tem melhores valores para acesso à habitação, mas, fundamentalmente, reiterar aqui que é preciso é melhor investimento, mais investimento, mais habitação e que a caracterização de quem precisa não fique só com uns números para atribuir, que tem um número à frente ou um número bom para atribuir mas que não lhe atribuam nada.-----

----- Fundamentalmente, que existam soluções e que a Câmara Municipal de Lisboa, trabalhe nessas soluções e invista, o que for necessário, para que e estes temas deixem de aparecer aqui na Assembleia que as pessoas deixem de ter esta necessidade e de ficarem com a sua vida em suspenso. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Senhor Deputado ainda fica com tempo para utilizar ou para ceder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhores peticionários. -----

----- Este é um problema que recorrentemente aparece nesta Assembleia e configura quase aquilo que podemos designar a quadratura do círculo. Existem recursos limitados, existem necessidades mais do que limitadas, às vezes parecem ilimitadas e, regularmente, aparecem pessoas em aflição que aqui vem. -----

----- Eu não me parece que, por um lado, seja a solução, as ocupações, porque destroem, digamos, alguma ordem que possa existir na atribuição de habitações e, portanto, creio que isso não é uma solução, mas a verdade é que também não são apresentadas alternativas e as pessoas, no seu desespero, tomam atitudes e tomam ações. -----

----- Agora, aquilo que nós sabemos um bocadinho fora dos círculos mais convencionais é que existem, hoje em dia, formas a reconstruir a habitação, podemos considerar habitação não tão definitiva como aquela que estamos habituados a ver nos bairros Municipais ou na habitação convencional, mas, por exemplo, há soluções que a permacultura traz que permitem habitações confortáveis, em condições dignas, por custos baixíssimos eu falo de custos baixíssimos e, portanto, nós só temos que juntar 2 mais 2. Temos terrenos expectantes que nunca vão ser ocupados tão cedo, temos técnicas de construção que permitem construções a valores muitíssimo inferiores aos de uma habitação social, talvez uma ordem de grandeza inferiores e, portanto, nós só temos é que olhar um pouco fora da Caixa e arranjar uma solução que permita que, durante o tempo em que não é possível ainda construir habitação convencional, as pessoas tenham dignidade, tenham um espaço confortável onde habitar com as suas famílias. -----

----- Portanto, o nosso desafio é que enquanto não aparecem soluções milagrosas para construir habitação social para toda a gente, as pessoas pensem um bocadinho, olhem à volta para as técnicas que existem em alternativa e se faça uma construção e se dê um teto a toda a gente que dele necessita. E eu, pessoalmente, estarei disponível para fornecer informação nesse particular. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, caros elementos da Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, caro público. -----

----- Venho aqui por isso, para os deixar uma mensagem. Naturalmente, queria primeiro, aqui agradecer aos peticionários, foi já aqui consensual que é notável o facto de terem tido esta iniciativa e é de louvar esta iniciativa, portanto, naturalmente o PSD apresenta a sua solidariedade para com os peticionários relativamente à situação em causa. -----

----- Eu não vou falar em concreto do caso da Alta de Lisboa, a Petição é clara e nós temos agregados que foram despejados, com crianças, é uma situação dramática e o que eu queria deixar aqui claro, e o que nós queremos deixar aqui claro, é o seguinte. -

----- É evidente que é necessário haver um critério de atribuição da habitação Municipal, mas também é necessário que haja, de alguma forma, uma compatibilidade com aquilo que é o discurso do Partido Socialista ou desta vereação e com a ação. Falam permanentemente que é necessário dar prioridade ao social, que é necessário cuidar das pessoas mais carenciadas, mas depois temos situações destas que ouvimos aqui e elas são imensas pela cidade fora. Há imensos casos como estes que vocês disseram aqui e vocês têm a noção exata disso também e nós também temos essa consciência. -----

----- Eu ouvi aqui há bocado a Senhora Deputada, Helena Roseta dizer que era uma questão nacional, independentemente de ser uma questão nacional é, naturalmente, mas nós estamos em Lisboa, temos uma Câmara Municipal que tem a responsabilidade de gerir a habitação e os agregados dos Bairros Municipais, portanto, isto é uma questão de Lisboa é uma competência, a sua solução, da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, não vale a pena dizermos que há um problema nacional, então tudo são problemas nacionais e é uma maneira, eu diria, e deixem-me de fazer justiça, a Doutora Helena Roseta, enquanto Vereadora com o pelouro da Habitação Social, ajudou bastante a que este pelouro melhorasse, em todo o caso não se trata de uma questão nacional, é uma questão da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, é ela que tem que resolver o problema, não vale a pena vir aqui fugir e tentar dizer que é um problema nacional, não é. Estamos a falar de um problema de Lisboa de um bairro, dando o exemplo da Alta de Lisboa, como há outros, a Gebalis tem imensos bairros, a cidade tem imensos bairros com problemas como estes, portanto, não se trata de uma questão nacional, trata-se de uma questão de Lisboa. -----

----- Depois dizer o seguinte, o Deputado Modesto Navarro, e eu sou insuspeito não pertença ao Partido Comunista, portanto, estou à vontade, disse uma coisa que é uma grande verdade. Neste momento, a Câmara Municipal favorece uma política de habitação para os turistas e desfavorece e discrimina aqueles que aqui residem, naturalmente que, os que têm capacidade de compra podem, eventualmente, ou arrendar uma casa ou até compará-la mesmo sendo lisboetas, aqueles que não têm cada vez mais vão ser discriminados ou empurrados para fora da cidade, e isto é urgente mudar, não só na vertente social, mas na política de habitação em geral, há imensas casas e isto é um facto, Senhora Vereadora, Senhora Vereadora, eu sei que me está a ouvir, mas eu repito, Senhora Vereadora, há imensas casas vazias nos bairros sociais da Gebalis, imensas casas vazias, as listas de agregados carenciados que solicitam casas crescem todos os dias, eu tenho a certeza que não é a Senhora Vereadora que analisa caso a caso, eu conheço bem a sua realidade, não é isso, mas, por amor de Deus tem que haver aqui algum critério alguma celeridade para resolver estes problemas, porque as pessoas que vivem nos bairros sociais veem as casas vazias e não percebem, porque é que não podem, tendo elas próprias, preenchendo os requisitos ou os critérios que a Gebalis ou que a Câmara Municipal exige, porque é que não conseguem ter acesso a essas casas? -----

----- Portanto, Senhora Vereadora lanço-lhe aqui o desafio, temos que ser mais eficazes e esta é uma medida que urge resolver, esta é uma situação que urge resolver. -----

----- Por fim, dizer o seguinte, e uma vez mais agarrar aqui numa citação que disse há pouco o Modesto Navarro, a Câmara Municipal não pode ser o maior especulador imobiliário, aquele que mais especula em Lisboa relativamente ao mercado imobiliário e, depois, em contrapartida, andar à procura de soluções, naturalmente precárias, para resolver questões de habitação social, de facto, é verdade que o plano Especial de realojamento acabou, ou o financiamento acabou há 2, 3 anos atrás, recorde que o professor Cavaco Silva criou este plano Especial de realojamento há muitos anos, em todo o caso a Câmara Municipal não podia, de alguma maneira, permitir que não existisse uma política de continuidade para ajudar os agregados dos bairros sociais, eu vi estas Senhoras, eu conheço uma das Senhoras que veio aqui intervir, eu julgo até que já fez parte da Assembleia Municipal, não tenho a certeza, mas, pelo menos já participou aqui connosco, noutras circunstâncias.-----

----- Mas queira-vos dizer aqui o seguinte, isto não é, de facto, um problema nacional é um problema da cidade de Lisboa, o PSD está inteiramente solidário e vai e lança também naturalmente que o desafio a Vereadora e à Câmara Municipal para que resolvam o problema. Eu não quero falar só em concreto destes, porque há muito mais. Mas queria só dizer o seguinte e fazer um apelo à Câmara Municipal e ao executivo camarário, nós qualquer dia, nós lisboetas, vamo-nos sentir turistas na nossa própria cidade e as pessoas que mais precisam, neste momento, precisam que, efetivamente, a Câmara faça alguma coisa e que não diga, no seu discurso, que se preocupa com as pessoas e depois, na prática, deixa pessoas, com filhos com menores, na rua em situações degradantes, isto nós não podemos permitir e é urgente agir. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Alberto Lopes (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Vereadores, Vice-Presidente caros Senhores Deputados, caros assistentes e fregueses da cidade de Lisboa.-----

----- O PNPN, Parque das Nações por nós, traz aqui uma sugestão, que já temos estado a pôr em prática na nossa Freguesia, pois o Parque das Nações não são só casas de luxo, nós também temos um dos maiores bairros sociais da cidade de Lisboa, a Quinta das Laranjeiras, Casal dos Machados e o Bairro do Oriente e esta experiência tem dado alguns resultados em termos de intervenção das famílias mais carenciadas e porque não na habitação?-----

----- Temos na nossa Freguesia cerca de 73 sedes de multinacionais e temos estado a fazer um trabalho em conjunto com eles, para serem as próprias multinacionais a intervir e a ajudar os fregueses, porque mais necessitados da nossa Freguesia, dentro de outros âmbitos, porque não na recuperação de algumas das casas que estão fechadas na Quinta das Laranjeiras e no casal dos Machados.-----

----- Fizemos esse convite e esse desafio a algumas das grandes multinacionais que temos sediadas na nossa Freguesia e o convite foi aceite, portanto, deixo aqui à Câmara de Lisboa e, em particular, à Senhora Vereadora, a disponibilidade da intermediação da Junta de Freguesia do Parque das Nações junto dessas multinacionais, no sentido de contribuírem, também, para a reabilitação do Parque

urbano da Freguesia, de modo a que possa-se alojar mais famílias com carência nessas habitações que estão vazias, portanto, é uma sugestão que fica aqui para a Câmara Municipal. Muito obrigado e boa tarde.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Entretanto, só para anunciar à Câmara Municipal, que o Senhor Deputado Municipal André Couto é último inscrito, se alguém ainda quiser usar da palavra, é favor de se inscrever na Mesa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, mas dizer desde já que espero não ser o último, porque vou lançar aqui um desafio a pelo menos dois Senhores Deputados a que regressem a esta tribuna ou à outra ali ao lado. -----

----- Antes de mais, saudar todos os peticionários, como já fiz na 1ª intervenção, mas esclarecer-vos que antes falei na qualidade de Deputado Relator da Petição e agora estou a falar enquanto membro do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista sabe as dificuldades que enfrentam eu, enquanto Presidente de Freguesia, também sei, por ter lidado com situações semelhantes às vossas, a Câmara Municipal tem tentado encontrar, achamos nós, as melhores soluções. Quem ocupa uma casa, nós sabemos, só o faz por desespero e temos sempre de ser sensíveis a isso. No entanto, a nós cumpre-nos, nesta casa, criar regras, até para as dificuldades que as pessoas vivem. -----

----- O debate que tem de ser feito nesta casa, tem que ter como base a criação de regulamentos que definam, como hoje e amanhã, se lidam com situações diferentes, garantindo que todos os casos iguais têm, tanto hoje como amanhã, a mesma solução e temos de vos pedir, embora seja difícil, ainda mais na situação em que se encontram, que compreendam isso. -----

----- E agora vou-me dirigir diretamente à Recomendação número 4/137 do Bloco de Esquerda, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará a favor das 5 primeiras alíneas e está contra a alínea f). As 5 primeiras linhas já acontecem, já está tudo previsto na lei e nos regulamentos, como creio que conheceriam mas, se calhar não, esperamos, de qualquer forma, que esta notícia vos agrade, aí somos gratos por reconhecerem o bom trabalho que foi efetuado pelas Vereadoras, Helena Roseta e Paula Marques, nos últimos anos. -----

----- No que diz respeito à alínea f) e nós não podemos, de todo, acompanhar-vos. É este procedimento ao qual se referem ali, que leva a Câmara Municipal de Lisboa a celebrar, por ano, cerca de 2500 acordos de liquidação de dívida e que leva a que muitos casos não terminem no pior dos cenários com que iniciam este procedimento. -

----- Nós somos conhecedores que muitos destes acordos prolongam os pagamentos ao longo de 15 anos e que outros chegam a ter valores de 5 euros mensais, a Câmara de Lisboa, hoje em dia, e a nosso dever muito flexível e sensível neste campo, e temos de saudar a Vereadora Paula Marques por isso. -----

----- No que diz respeito à Recomendação número 5/137 pedem a suspensão de todos os despejos, fruto de ocupação ilegal, e aqui a nossa opinião é que se nós revogássemos todos os despejos feitos por ocupação ilegal seria, desde logo, uma falta de transparência tremenda para com muitos munícipes, e aquilo que eu queria perguntar ao Deputado Municipal Ricardo Robles é, se nós aprovássemos este ponto número 2 da Recomendação 5/137, o que é que nós diríamos a quem é que não ocupa ilegalmente habitações, por ser ilegal, e procura, como tal, outras soluções? O que é que nós diríamos a quem cumpre os seus contratos de arrendamento, que incentivo é que teriam em cumprir os seus contratos? O que é que nós diríamos a quem cumpre os seus acordos de liquidação de dívida, cumprir para quê, se depois não vão para a rua? O que é que nós diríamos a quem, no âmbito dos regulamentos, se candidata e espera a atribuição de uma casa e, muitas vezes, estas casas têm um destinatário que está a aguardar a sua atribuição. O que é que nós dizemos ou o que é que poderemos dizer se revogarmos todas estas decisões, a esse destinatário. E a pergunta que eu deixo aqui é: não será que o discurso que traz aqui hoje, que é justo e que o Grupo Municipal do Partido Socialista se revê nele, não se dirige, antes, à Segurança Social em vez de se estar a dirigir a Câmara Municipal de Lisboa? Eu sei que não há eleições para a Segurança Social, nós sabemos disso mas, se calhar, era importante que esta questão fosse vista e queria perguntar, tanto ao Deputado Municipal Ricardo Robles, como ao Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, qual é que é o vosso entendimento do papel da Segurança Social no meio deste drama. -----

----- Ao Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves gostava ainda de perguntar, se me permitir, e sei que ainda tem tempo, que viesse aqui explicar às pessoas, se não têm o Grupo Municipal do Partido Socialista dá tempo, que viesse aqui explicar às pessoas a quem se dirigiu, qual é que é o auxílio que a lei das rendas deu em toda esta situação que veio aqui diagnosticar. Estou certo que foi pensada dessa forma, de certeza que foi e, portanto, gostava que nos esclarecesse também sobre isso. -----

----- É fácil dizer às pessoas estão a viver dramas que a Câmara Municipal tem que os resolver, mas não é isso que é suposto ou, pelo menos, da forma que vem aqui apregoar. -----

----- É essencial que se defina o papel da Segurança Social neste campo, o caminho para, efetivamente, se resolver algo é muito mais esse do que culpar a Câmara Municipal de Lisboa, anunciando aqui como falhanço uma década ímpar na gestão e na regulamentação, muito importante dizer! A regulamentação da habitação na cidade e que merece o aplauso do Grupo Municipal do Partido Socialista. Muito obrigado.” --

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Entretanto, o Senhor Deputado André Couto teve boa vontade, mas esgotou o tempo e, portanto, não há de ser no Grupo Municipal do Partido Socialista que alguém se inscreve. -----

----- Nós temos o Partido Social Democrata a sinalizar que quer usar da palavra, mas também já tem o tempo esgotado. Quem tem tempo e que podem procurar algumas cedências é o PAN, o MPT e o PNP. -----

----- Portanto, pode usar da palavra beneficiando, e eu penso que também estendem essa generosidade ao Ricardo Robles e, portanto, vamos dividir equitativamente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quando a democracia funciona falam todos. Vou ser rápido, Ricardo. -----

----- Queria só ler aqui uma passagem, e em resposta, diz o seguinte: 2 casos recentes que acompanhámos na Alta de Lisboa mostraram bem que é possível os serviços da autarquia tarde e a darem ordem de despejo a 2 agregados com crianças menores, inclusive um bebé de um mês, que não tinham alternativas dignas, Senhor Deputado a sua resposta está aqui como é que o Senhor veio aqui fazer demagogia um discurso populista quando aquelas pessoas que estão ali acima que escreveram isto têm os seus filhos na rua. Não pode fazer demagogia, tem que ser sério, tem que ser sério.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito rapidamente porque o tempo não é muito. -----

----- O Partido Socialista coloca a questão, mas julgo que é a pior questão de todas, que é: como é que nós vamos responder a quem tem casa, que vamos deixar pessoas que não têm casa e que as vamos mandar para a rua. Essa não é a pergunta que temos que fazer. A pergunta que temos que fazer é: porque é que expulsamos pessoas de casas? Sem analisar a sua situação económica, sem analisar a sua situação familiar. É verdade, sim Senhor! E sabe que é verdade! Olhe para aquelas pessoas estão ali, e diga-lhes isso! Isso é uma vergonha é indigno fazer isso às pessoas! -----

----- Como fazem à Carla Ferreira que aqui vem falar e que tem duas crianças...!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhores do público não se podem manifestar. A Mesa há pouco foi tolerante, mas não queiram, apesar da tolerância da Mesa, porque o nosso regimento não permite manifestações do público e até obriga a que a Mesa tome medidas para que isso não aconteça. -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Robles tem a palavra para concluir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “O Município de Lisboa, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora não têm nada que explicar a quem tem casa, que há outras pessoas que têm casa e que vão ser postas na rua, não tem que explicar nada disso, tem é que lhes dar soluções e não pode mandar a Polícia Municipal, como aconteceu com a Carla Ferreira, e aconteceu com aquela Senhora que falou à bocado, que estavam na casa de uma pessoa familiar mais velho, o familiar morre e a 1ª coisa que a Câmara Municipal faz é mandar a Polícia Municipal pregar-lhe na porta ordem de despejo. Isso não pode ser feito, isso não é respeitar as pessoas, isso é indigno! Não é essa a pergunta que tem que ser feita. A pergunta que tem que ser feita é como é que a Câmara pode responder a isto? A Deputada Helena Roseta disse muito bem, temos muitas dificuldades, há poucos

recursos para responder a isso, eu aceito esse argumento, mas a questão é com os recursos que temos e com os recursos que podemos mobilizar o que é que podemos fazer? E podemos fazer muito mais do que temos feito até agora e esse é que é o problema. -----

----- E pedir um aplauso para os 10 anos de governação do Partido Socialista em Lisboa em matéria da habitação é desrespeitar as pessoas que estão ali acima e tantas outras têm dificuldade, as 3300 que concorreram a 10 casas do município, essa é que é a realidade. Não pode estar a pedir uma saudação à governação do Partido Socialista Lisboa quando falhou. Foi o principal falhanço do Município em Lisboa, responder ao drama da habitação, décadas e décadas a perdemos gente no centro da cidade e, quando tínhamos que as recuperar, não recuperámos. Investimento turístico, acho muito bem, traz algum emprego para a cidade, mas pessoas! Onde é que estão as pessoas? As pessoas é que fazem a cidade, precisamos de pessoas a viver no Centro, a viver na periferia, a viver nos bairros Municipais e não as temos e as que temos e têm dificuldades, não temos resposta e a única resposta que lhes damos é: ponham-se na rua! -----

----- Isso não pode ser feito de maneira nenhuma, é indigno, não é respeitar as pessoas e, portanto, não merece o aplauso a Câmara Municipal de Lisboa, merece uma censura. -----

----- E para terminar, se estão de acordo que não devem ser feitas desocupações de pessoas sem atender à sua situação de carência socioeconómica, que é o que está escrito na nossa Recomendação, no ponto 2, faça o favor de votar a favor e defender as pessoas, como elas merecem.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Entretanto, o tempo que tinha sido cedido para gestão do debate, ainda temos 1 minuto e 11 do PAN e registámos a inscrição do Deputado Municipal André Couto, beneficiando da cedência do tempo que ainda resta do PNP. -----

----- Entretanto, a Mesa reparou agora que o CDS também tem aqui uns segundos, 17 segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós, no Partido Socialista, e eu olhando aqui para a minha bancada, para alguns colegas meus, também somos, acreditem, fantásticos a discursar para plateias, aquilo que nós fizemos foi convidar-nos, a ambos, para conversarem connosco sobre o papel da Segurança Social e a influência da Lei das Renditas nesta questão como forma de conseguirmos resolver. Aquilo que os Senhores fizeram, e estão obviamente no seu direito, foi ignorar a influência da Lei das Renditas, foi ignorarem o papel que a Segurança Social pode, ou não, ter nesta questão, e continuaram a falar para uma plateia. Nós registamos isso. Estão no vosso direito, estamos em campanha eleitoral agora para a discussão que eu vos convidei os Senhores tiveram falta de comparência. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A Câmara sinalizou agora, a Senhora Vereadora Paula Marques, que também quer usar da palavra. -----

----- E por enquanto, ainda há aqui alguns resquícios de tempo de alguns Grupos Municipais, mas não temos mais oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício, boa tarde a todas e todos. -----

----- O pouco tempo que tenho para intervir nesta matéria, dizer-vos que, em 1º lugar, dizer que a Câmara tem a plena noção, a Câmara e eu, como Vereadora da matéria, tenho a plena noção daquilo que estamos a falar e da matéria que estamos a falar e da dificuldade e da sensibilidade da matéria que estamos a falar, mas gostava de deixar claro que a Câmara e eu, em particular, como Vereadora da matéria, não faz qualquer julgamento moral sobre as pessoas que ocupam as casas nas diversas situações que nós sabemos. Quero deixar isto claro, não há qualquer julgamento moral por parte da Câmara Municipal de Lisboa e, em particular, pela Vereadora da Habitação, sobre a ação que vários moradores e moradoras, ou que vários cidadãos, concidadãs nossas fazem quando ocupou uma casa. Deixar isto claro em relação àquilo que é o respeito a por todos e todas as pessoas que estão presentes nesta sala e que vivem na cidade de Lisboa. -----

----- Dizer depois, que também temos a consciência da diversidade das razões que levam as pessoas a fazer, a tomar a atitude de ocupação de casas, e a diversidade de razões a montante que estão e que levam as pessoas a fazer a ocupação. -----

----- Portanto, a 1ª coisa que eu queria deixar clara em relação a esta matéria é isto. ----

----- Em relação ao respeito que temos pelas pessoas e à forma como olhamos para esta matéria e, de facto, as pessoas não são só números, mas eu acho que é importante que os Senhores e as Senhoras Deputadas, e as pessoas que estão a assistir, tenham a noção que os números são expressão de trabalho, independentemente de termos a noção das dificuldades e das necessidades que temos e dos recursos que podem não ser ainda os suficientes para respondermos às necessidades, eu gostava, eu acredito que seja difícil para algumas forças políticas e, nomeadamente umas porque tiveram responsabilidade em termos de governação nacional em matérias que têm implicação direta naquilo que é a deterioração da vida das pessoas, nomeadamente das famílias que aqui estão hoje. -

----- Sobre essa matéria eu gostava de dar números porque, volto a dizer, as pessoas não são números, mas os números são reflexo da situação em que as pessoas vivem, e antes de entrarmos noutras questões, eu gostava de dizer que em relação à anulação de dívidas, redução pontual de renda e redução de renda decorrente daquilo que foi a deterioração das condições de vida da população, nomeadamente, naquilo que foi a perda de rendimentos, fruto de trabalho ou a perda de prestações sociais, eu gostava de dizer que: desde o ano 2011 ao ano 2016, a GEBALIS que é a entidade gestora dos Bairros Municipais, teve uma redução nestas 3 de ordem de razões de 14 milhões de euros, houve uma redução de 14 milhões de euros nos valores das rendas decorrente,

volto a dizer, decorrente da deterioração de vida da população, mas que estava a dar um ano como exemplo, dois! Vou dar dois anos como exemplo. -----

----- No ano de 2014 a Gebalis fez uma redução de 3 milhões e 214 mil euros e no ano 2015, 3 milhões e 400 mil e os 3 milhões e 400 mil que temos aqui de redução de renda, quer da pontual, quer da redução global, tem a ver com um pico, de facto, da intervenção do ponto de vista de política nacional e naquilo que conduziu em termos de má política nacional, na nossa opinião, que conduziu à deterioração da vida das pessoas em relação à forma e, muito em particular, olhando para algumas das Recomendações, todas da Recomendação do Bloco de Esquerda.-----

----- Há uma série de questões na Recomendação 5, se não estou em erro, na Recomendação 5, tem a ver com a atuação em matéria de quem está ou quem entra em incumprimento. Eu gostava de dizer que aquilo que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas propõem já está a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa e, em particular, pela Gebalis e também isso é fácil de explicar olhando para os números, volto a dizer, os números são reflexo de trabalho.-----

----- No ano de 2014, vou dar o exemplo de 2014, vou dar o exemplo desde 2011 até 2016 rapidamente.-----

----- Número de famílias que regularizaram, que fizeram um contrato de regularização de dívida ou de anulação de dívida de quitação dívida com a autarquia. No ano 2011 foram feitos mil e quinhentos contratos, no ano 2012, mil e trezentos, no ano 2013, mil e setecentos, no ano 2014, dois mil e trezentos, no ano 2015, dois mil e seiscentos e no ano 2016, dois mil e quinhentos...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhora Vereadora, ou o PNPJ cede o tempo. Já ficou.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, continuou.-----

----- “Muito bem. -----

----- Mas dizer que isto é o reflexo daquilo que é o trabalho.-----

----- E para finalizar, Senhor Presidente, já que estamos no momento em que o Senhor Presidente em exercício disse que é um momento excepcional e, portanto, há alguma latitude naquilo que é a gestão e a condução dos trabalhos, eu gostava de dizer que, naturalmente, temos a noção de que precisamos de mais e de responder de forma mais célere, mas não é verdade que não há um acompanhamento social em relação às situações de que viemos hoje aqui tratar. -----

----- Dizer que também é o reflexo do trabalho e do investimento que a Câmara tem feito, não há nos últimos anos tem sido um acréscimo de trabalho que a Câmara tem feito e é o período que mais investimento tem sido feito naquilo que é a requalificação dos Bairros Municipais. -----

----- Estou de acordo que temos de dotar os Bairros Municipais de melhores condições de habitabilidade, mas é também reflexo de trabalho e também a conquista e luta pelo direito à habitação e trabalho da Câmara está Lisboa, o facto de termos requalificado, de estarmos no processo de requalificação do Bairro da Boavista, o processo de requalificação no Bairro Padre Cruz que é consumidor de recursos, e bem! Recursos

públicos e bem! Aquilo que é a construção da nova habitação, aquilo que é a reabilitação de fogos para responder às várias necessidades que a Câmara tem e as necessidades que a Câmara tem são, naturalmente, das pessoas que estão à nossa frente, mas são também das pessoas que, por decisão coletiva, em operações de realojamento, provemos habitação condigna esses nossos concidadãos e estamos falar também daquilo que é, o Senhor Deputado Ricardo Robles falou nas 10 casas de renda condicionada. É preciso acrescentar às 10 casas de renda convencional, deste mês, as 15 que vão entrar para o próximo mês e também as 217 já estão a correr no programa.

----- Mas é trabalho do executivo, Senhor Deputado é trabalho do executivo.-----

----- E dizer também que no Subsídio Municipal de Arrendamento, que é outro instrumento, estamos a falar de 800 mil euros que estão, neste momento, já afetos às famílias, num total de 324 apoios.-----

----- Mas também temos a consciência de outra coisa, temos a consciência de que quando olhamos para aquilo que é as responsabilidades do Município, temos a noção que esta questão é uma questão mais vasta e não é aceitável, Senhores e Senhoras Deputadas, não é aceitável olhar para a questão da Habitação e para a questão da necessidade e do direito à habitação, única e exclusivamente exigindo que sejam os municípios a responder à resolução dos problemas. E não é só o Município de Lisboa, também acontece noutros municípios.-----

----- Portanto, aquilo que eu gostava de deixar em final da minha intervenção, no curto tempo que tenho para responder às várias questões postas pela Assembleia, é que evidentemente que a Câmara tem que continuar a trabalhar, como tem vindo a trabalhar, no incremento daquilo que é a reabilitação dos fogos devolutos, neste momento, nós temos 1010 fogos em reabilitação para devolver à população que mais necessidade tem, nas várias respostas que a Câmara tem que dar, e que, desde o início do mandato, nas diversas respostas que a Câmara tem que dar, foram entregues 1246 chaves.-----

----- Por último dizer que, regressando àquilo que disse há pouco, a questão da habitação é uma questão nacional, Senhor Deputado, não é só uma questão local, é uma questão nacional, é um problema, não é um problema, é uma questão que diz respeito a todos nós e é, de facto, uma questão nacional. Não é legítimo, que durante tantos e tantos anos não tenha sido produzida uma política de habitação nacional dirigida e para depois ser operacionalizar a pelos municípios. Não é legítimo que a Segurança Social não tenha um papel ativo naquilo que é a prestação de apoio a estas famílias e a outras famílias que se encontram em situação sem ter para onde ir.-----

----- E aquilo que eu digo é, os Senhores, as forças políticas que estão aqui nesta Assembleia, grande parte delas, têm assento na Assembleia da República e, portanto, a Câmara Municipal de Lisboa, com as organizações locais, com as juntas de Freguesia, e com os moradores, encontrará, com certeza, outras formas de resolução desta situação mas, cumpre também à Assembleia da República e às forças políticas que lá estão lutarem para que: 1. seja definitivamente legislado sobre esta questão e bem sobre a questão....-----

----- O Senhor Deputado eu ouviu-o com toda a consideração!...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhora Vereadora tem mesmo que concluir. -----

----- Senhora Vereadora, Senhor Deputado Rodrigo Gonçalves. Senhora Vereadora não adianta falar mais alto que o microfone amplifica.-----

----- Já beneficiou da cedência de tempo de todos partidos, tem 15 segundos para concluir para além da tolerância da Mesa.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, continuou.-----

----- “Vou concluir.-----

----- E, portanto, dizer que temos a consciência da nossa responsabilidade, mas temos também que apelar a que a Assembleia da República legisle sobre aquilo que é o efetivo apoio e a garantia de condições alternativas dignas e adequadas aos agregados familiares e que a Segurança Social seja chamada a esta equação e também dizer que é necessário que aquilo que foi aprovado por unanimidade na Assembleia República se torne uma realidade.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora, já entendemos a intervenção, damos por concluído com todos os tempos esgotados e com uma grande tolerância por parte da Mesa neste debate. -----

----- Vamos passar à votação das Recomendações. -----

----- Uma nota em relação à Recomendação número 5/137 apresentada pelo Bloco de Esquerda, eu próprio estou à procura dela. O Bloco de Esquerda fez chegar à Mesa com um pedido de alteração, que os Grupos Municipais devem sinalizar, estar atentos para a votação em que, no ponto número 2 da Recomendação número 5/137 é cortada a palavra ‘ilegalmente’ e, portanto, aquilo que queremos votar é ‘que os despejos de pessoas que ocupem imóveis propriedade do Município’ e depois continua o texto tal e qual como foi apresentado.-----

----- Temos um pedido do Partido Socialista, para que a Recomendação nº 4/137 seja votada ponto a ponto. -----

----- Não, Senhor Deputado Magalhães Pereira, não. As recomendações e os votos são aqueles que são associados ao ponto das declarações políticas, estes estão associados à Petição.-----

----- Portanto vamos colocar à votação a Recomendação nº 1/135 que já tinha sido identificada e renumerada anteriormente, é oriunda da 3ª Comissão, tendo por base aquilo que foi o Parecer.-----

----- Voto **da Recomendação nº 1/135** relativa à Petição 6/2016. A Recomendação nº 1/135 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6IND.-----

----- Vamos proceder à votação da Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda Recomendação número 4/137. ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’. -----

----- Muito bem, é diferente Senhores Deputados, talvez convém, para já convém usarem o telefone e depois quando pedem ponto a ponto peçam também por alíneas. --

----- Então vamos votar o ponto 1 por alíneas e depois votaremos o ponto 2, ponto 3 e o ponto 4. -----

----- Pedia atenção ali aos serviços que estão a anotar e aqui as minhas colegas da Mesa, para anotar este conjunto de votações que vamos fazer.-----

----- O Senhor Deputado André Couto e o Grupo Municipal do Partido Socialista, talvez tenhamos que lhes oferecer um 2º telefone. É melhor dar o microfone ao Senhor Deputado André Couto e o Grupo Municipal do Partido Socialista, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, estamos com problemas no telefone, de qualquer forma aquilo que nós íamos pedir, por economia trabalhos, era que fossem votados em bloco, no Ponto 1, a alínea a), b), c), d) e e) todas numa só votação, se nenhum Grupo Municipal se opuser. Depois, a alínea f) em separado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Todos os Grupos Municipais concordam? Que seja só a alínea f)?-----

----- O microfone ao Grupo Municipal do PSD, Senhor Deputado João Magalhães Pereira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim só individualizar a alínea f).” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito bem, então por economia processual, assim só vamos voltar a alínea f). ---

----- Então, primeiro, até vamos começar autonomizando exatamente a votação por esta alínea e depois votamos o restante ponto número um em conjunto.-----

----- A alínea f), vou passar a ler. Começa naturalmente, o Ponto 1, ‘Quando se verifique o incumprimento da obrigação de pagamento de rendas em contratos de arrendamento para habitação:’ ‘revogue todas as ordens de despejo e revogue as decisões de resolução de contrato de arrendamento relativas a contratos de arrendamento cujos inquilinos ainda ocupem os locados e estejam em situação de carência económica.’-----

----- Bem vamos repetir a votação. Pelos vistos, a dificuldade de comunicação não era só entre o Grupo Municipal do PSD e a Senhora Secretária vinda desse Grupo Municipal, a dificuldade de comunicação estendeu-se também ao Grupo Municipal do PSD, microfone ao Senhor Deputado o Luís Newton.-----

----- Não, ele não pediu, ou o Senhor Deputado Sérgio Azevedo, alguém está a liderar a bancada do PSD? Que é para nós percebermos qual é o voto do PSD. -----

----- Muito bem, então vamos retomar agora a votação.-----

----- Sim, Senhor Deputado Magalhães Pereira, acho que não foi o problema, embora a Mesa registre que possa ter sido essa a dificuldade, do cansaço do braço no ar. -----

----- Senhores Deputados vamos repetir a votação da alínea f).-----

----- Voto **da alínea f) do Ponto 1 da Recomendação nº 4/137** – ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. A alínea f) do Ponto 1 da Recomendação nº 4/137 foi **rejeitada** com os votos contra do PS, PSD, MPT, PNP, 6IND abstenções do CDS-PP, PAN, 3PSD e votos a favor do PCP, BE, PEV. -

----- Há uma declaração de voto. Não, Senhor Deputado Miguel Santos é a declaração de voto oral quando acabarmos a votação desta Recomendação, está bem? -----

----- O CDS fará uma declaração de voto por escrito. -----

----- Vamos votar o restante Ponto número 1, agora já expurgado desta alínea. -----

----- Voto **das alíneas a), b), c), d) e e) do Ponto nº 1 Recomendação nº 4/137** - ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. As alíneas a), b), c), d) e e) do Ponto nº 1 da Recomendação nº 4/137 foram **aprovadas por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Voto **do Ponto nº 2 Recomendação nº 4/137** - ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. O **Ponto nº 2** da Recomendação nº 4/137 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Ponto número 3 desta moção, quem vota contra o ponto número 3?... -----

----- Ó Senhores Deputados nós podemos votar, agora considerarem que está prejudicada é uma leitura correta do texto da moção, porque o único ponto que está prejudicado é a alínea f), porque os Senhores Deputados votaram a favor até foi aprovado por unanimidade, o Ponto 1 e o Ponto 2. -----

----- E, portanto, é o que eu vou ler, talvez seja bom que os Senhores dos Grupos Municipais também tenham as moções à mão: ‘As medidas contidas nos Pontos 1 e 2 sejam consagradas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional de Lisboa’. Só a alínea f) é que foi chumbada, os outros pontos foram aprovados. Podem decidir não consagrar no regulamento, isso é um direito dos Senhores Grupos Municipais, portanto, quem vota contra o ponto número 3? O PSD? -----

----- O microfone ao Senhor Deputado Magalhães Pereira.-----

----- Eu, sem que o Grupo Municipal do PSD ficasse zangado comigo, com a amizade que eu tenho por todos, talvez fosse mais útil que se sentassem ao pé uns dos outros, para que a votação possa ganhar ritmo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Isso nós até concordaríamos Senhor Presidente, mas era preciso outra Assembleia que não esta.-----

----- Só para dizer Senhor Presidente, a votação que indiciámos tinha a ver com a indicação de que estava prejudicada pela alínea f) não estando prejudicada pela alínea f), nós não votaríamos contra.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Voto **do Ponto nº 3** da **Recomendação nº 4/137** - ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. O Ponto nº 3 da Recomendação nº 4/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. ---

----- Vamos votar o Ponto 4, também é o mesmo entendimento, que só a alínea f) é que está prejudicada, também refere as medidas contidas nos pontos 1 e 2. -----

----- Voto **do Ponto nº 4** da **Recomendação nº 4/137** - ‘Procedimento para com famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. O **Ponto nº 4** da Recomendação nº 4/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. ---

----- Portanto, a Moção fica aprovada na sua globalidade e foi expurgada apenas da alínea f) do número 1. -----

----- Vamos agora sim, muito obrigado Miguel, já ia adiantar, a Declaração de Voto oral do Deputado Miguel Santos, sobre a Recomendação número 4/137.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “É sobra a alínea f), sobre esta questão do despejo/não despejo. Consideramos que não existe apenas esta opção, de deixar ficar, despejar ou... -----

----- Existe, tal como indiquei na minha intervenção, a possibilidade de fazer um alojamento alternativo, temporário, e acho que deveria ser isso a ser indicado, por essa razão a na estive, não por uma questão de não ter posição, mas porque considero que não existem apenas estas 2 opções. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. O CDS apresentará a declaração de voto por escrito.

----- Declaração de voto por escrito, também, do Senhor Deputado... Senhor Deputado, os Senhores Deputados, a título individual, não podem apresentar declarações de voto orais, só podem apresentar por escrito, portanto, fica registado que apresentará, o Senhor Deputado Rodrigo Gonçalves, uma declaração de voto por escrito.” -----

----- **O Deputado Municipal do Rodrigo Gonçalves (PSD)** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Recomendação nº 4/137 (BE) – “Procedimento para com as famílias em incumprimento de pagamento por situação de carência económica em arrendamento municipal” – Alínea f)-----

----- *Uma vez comprovada a carência económica do agregado despejado não posso, como Representante dos que me elegeram, e em consequência, ser cúmplice duma injustiça que vai contra os meus valores e princípios Social – Democrata.*” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na alínea f) do ponto 1 por considerarem que:* -----

----- *O processo de revogação tem por base vários fatores de ponderação, entre eles a análise da situação económica e social do agregado familiar;* -----

----- *Importa que, antes de iniciar um processo de revogação, que a GEBALIS analise as várias alternativas de manutenção do agregado no fogo municipal, tendo em conta as carências do mesmo e garantindo estabilidade;* -----

----- *Assim, defendemos que devem ser aferidos contratos de pagamento parciais mediante a capacidade e rendimentos do agregado;* -----

----- *O despejo de habitantes agudiza os problemas sociais destes agregados;* -----

----- *Não podemos pactuar com regulamentação e diretrizes “cegas”, que olham para estes casos de forma genérica, quando a avaliação e possibilidades de resolução devem ser personalizadas, face à realidade de cada uma delas.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “*Vamos passar à votação da Recomendação número 5/137, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, com a alteração que Mesa sinalizou no início destas votações: no Ponto 2 é cortada a palavra ‘ilegalmente’.* -----

----- *Por pontos pede o Partido Social Democrata, portanto, vamos votar o Ponto 1 da Recomendação.* -----

----- **Voto do Ponto nº 1 da Recomendação nº 5/137** - ‘Pela ponderação de despejos de famílias em situação de carência económica em caso de ocupação ilegal de imóveis municipais’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. O Ponto nº 1 da Recomendação nº 5/137 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- **Voto do Ponto nº 2 da Recomendação nº 5/137** - ‘Pela ponderação de despejos de famílias em situação de carência económica em caso de ocupação ilegal de imóveis municipais’ apresentada pelo Bloco de Esquerda. O Ponto nº 2 da Recomendação nº 5/137 foi **rejeitado**, votos contra do PS, MPT, PNP e 6IND, abstenções do PSD, CDS-PP e PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV. -----

----- O Ponto nº 2 não é aprovado, portanto, a Recomendação nº 5/137 do Bloco de Esquerda vê apenas o seu Ponto nº 1 aprovado. -----

----- E assim se encerra o debate e as votações deste tema que era tão relevante para a cidade e que também é tão relevante para a Assembleia Municipal.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram no ponto 2 por considerarem que:*-----

----- Desde o início do mandato que o CDS-PP defende a urgente recuperação do edificado municipal, em particular dos fogos municipais que se encontram emparedados, devolutos ou vandalizados; -----

----- Para esse efeito, importa que os mesmos estejam desocupados, caso tenham sido objeto de ocupação indevida; -----

----- Para o CDS-PP, é essencial que o Município, através dos agentes sociais e do seu património, consiga garantir e salvaguardar o direito à habitação e respeito pela dignidade de quem ocupa um fogo nas condições em apreço; -----

----- Importa, acima de tudo, garantir equidade entre aqueles que necessitam de habitação e, por razões de desespero e necessidade e perante uma Câmara passiva e que não investe na reabilitação, ocupam casas, e entre os milhares de famílias que aguardam atribuição através do regulamento em vigor.” -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 15/2016 - VENDA DE DROGA NA AV. ALMIRANTE REIS, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; PARECER DA 6ª E 8.ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 1/137 (6ª E 8.ª CP) SOBRE A PETIÇÃO 15/2016**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar ao Ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos, a apreciação da Petição 15/2016, ‘venda de droga na Avenida ao Almirante Reis’. -----

----- Nós hoje temos aqui uma nota que temos que colocar à consideração dos Grupos Municipais, apesar de a Senhora Deputada Margarida Saavedra me ter referido que já temos, pelo menos, uma inscrição para este Ponto. -----

----- O principal peticionário encontra-se doente e não conseguiu que outros representantes e subscritores da Petição pudessem estar presentes aqui no debate da Assembleia Municipal e, portanto, solicitou-nos aos serviços, e por intermédio dos serviços à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que este ponto que possa ser adiado para uma futura Assembleia.-----

----- Naturalmente, como a alteração da Ordem de Trabalhos e ao nível da Petição, precisamos do consenso de todos os Grupos Municipais. Penso que, na expressão que temos dado às Petições que era útil que isso possa ser feito mas, não sei se alguém pede a palavra, o microfone? -----

----- A Senhora Deputada Ana Páscoa estava a fazer sinal que não se importa. Era a Deputada que estava inscrita e, portanto, vamos adiar o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos e será agendado para uma próxima reunião da Assembleia Municipal.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 1/2017 - CONTRA A DEMOLIÇÃO DE PRÉDIO DOS ANOS 70 NO CHIADO, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; PARECER DA 3ª E 7.ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 2A/137 (3ª E 7.ª CP) SOBRE A PETIÇÃO 1/2017**-----

----- (A **Petição nº 1/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer das 3ª e 7ª Comissões Permanentes** relativo à **Petição nº 1/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 2A/137 das 3ª e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº 1/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 3, apreciação da Petição nº 1/2017, ‘contra a demolição de prédio dos anos 70 no chiado’, os peticionários também foram convidados e não podem estar presentes mas, ao contrário do que se passa no ponto 2 da Ordem de Trabalhos, consideraram positivo que a Assembleia Municipal possa apreciar a Petição e deliberar na Recomendação que está proposta na ausência dos peticionários.-----

----- Nós temos um Parecer da 3ª e da 7ª Comissões Permanentes, subscrito pela Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso, a quem eu dou a palavra para apresentar o Parecer.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas, imprensa.-----

----- Eu venho aqui hoje trazer o assunto da apreciação conjunta pela 3ª e pela 7ª Comissões da Petição contra a demolição do prédio dos anos 70 sito no Largo Rafael Bordalo Pinheiro 20 e 20 B, que passou a constar da lista dos bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico como imóvel de interesse Municipal.-----

----- É um edifício que pertenceu à companhia de seguros Império, foi construído em 1973, projeto de Diogo José de Mello e João Andrade e Sousa, 7 pisos, um enterrado e decorado exteriormente por grandes painéis de azulejos de António Vasconcelos Lapa.

----- O valor arquitetónico do edifício e a sua relação com a envolvente urbana, que convivem bem com a arquitetura antiga, justificam a sua preservação e que seja abandonada a ideia de destruição do edifício, construindo um outro, num estilo Neo-pombalino, para albergar o projeto do hotel previsto para o local.-----

----- Procurámos, desde logo, informarmo-nos com o Senhor Vereador Manuel Salgado do andamento do processo o qual, verbalmente, nos explicou que se mostrava recetivo em acompanhar as preocupações dos signatários e da relatora, manifestando a sua intenção de manter integralmente a fachada, enfatizamos ainda a importância do revestimento azulejar, a proximidade temporal da data de construção do edifício não pode, de forma alguma, constituir motivo para uma menor valorização da sua arquitetura, nem tão-pouco atenuar a responsabilidade na sua proteção e salvaguarda das instituições tutelares.-----

----- A cidade não é só feita de Neo-pombalino nem tão-pouco queremos transformar Lisboa numa Disney do Pombalinho. Queremos antes que a cidade deixe transparecer

na sua malha urbana as diferentes intervenções arquitetónicas, feitas no seu tempo histórico, mas também no que se refere à sua história mais recente. -----

----- Julgamos, deste modo, que o projeto proposto pelo Atelier ARP Arquitetos, Lda., visa uma reinterpretação contemporânea da arquitetura pombalina que está desadequada face ao próprio contexto histórico e arquitetónico da zona do Chiado. ----

----- Este é o caso do edifício em análise, datado dos anos 70 do século XX, dos quais há muito poucos exemplares, apesar de ter sido um edifício que originou alguma polémica, na altura em que foi construído, acabou por chegar até aos nossos dias, mantendo-se muito bem integrado no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, pelo que, na nossa opinião, não existe necessidade de lhe pôr uma qualquer roupagem pseudo-histórica na sua linguagem pós-moderna.-----

----- O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa na cidade é bem demonstrativo deste cuidado da preservação da memória dos seus diferentes períodos históricos, conservando o seu edificado representativo e, deste modo, proporcionando nesta prática a paisagem urbana heterogénea tão peculiar que a cidade de Lisboa detém. -----

----- Portanto, é nosso dever preservarmos essa memória, estando certa que o prédio se manterá no seu desenho original, assim como os seus elementos decorativos azulejares, que também integram a composição rítmica e cromática da sua fachada. ---

----- Seguramente, será possível fazer a sua adaptação funcional para Hotel sem, com isso, alterar as características arquitetónicas e decorativas. -----

----- Assim, a 3ª e a 7ª Comissões, por unanimidade, recomendam à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- Que mantenha a fachada do edifício sito no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, número 20 e 20 B, assim como os seus painéis azulejares integrantes atendendo à sua qualidade arquitetónica e decorativa e fazendo deste edifício um exemplar representativo da década de 70 do século XX. -----

----- Que a Câmara Municipal tenha atenção especial na proteção e conservação da arquitetura representativa dos anos 70, ainda existente na cidade, introduzindo estes edifícios na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico do PDM de Lisboa. -----

----- E que a Câmara elabore o levantamento e respetiva classificação patrimonial dos edifícios existentes deste período, quando se justifique, com vista à criação de roteiros que permitam conhecer a arquitetura pós-moderna na cidade. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. Vamos dar a palavra aos oradores inscritos para este Ponto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Em relação à Petição nº 1/2017, em 1º lugar, saudar os peticionários pela iniciativa de apresentar uma Petição em defesa do património azulejar e arquitetónico da cidade. O edifício em apreço neste Petição é já um marco no Largo Rafael Bordalo Pinheiro e que, ao contrário do descrito pelos projetistas do hotel, se encontra devidamente enquadrado de forma harmoniosa na paisagem arquitetónica envolvente.

----- O painel de azulejos que se destaca na fachada do edifício, data dos anos 70 e é da autoria de António Vasconcelos Lapa. Não só a beleza dos mesmos é de apreciação generalizada, como os próprios constam dos roteiros de azulejos de Lisboa enquanto afirmação cultural da cidade. -----

----- No processo camarário de alteração da fachada, salienta-se a pronúncia da estrutura consultiva residente do PDM que considera interdita a remoção dos azulejos baseando-se na estratégia de reabilitação urbana de 2011/2024, assim como no RMEUL, esta posição é contrariada posteriormente pelo Diretor Municipal do Urbanismo. -----

----- É face à importância e riqueza patrimonial e azulejar manifestadas, que acompanhamos as Recomendações da 3ª e 7ª Comissões que pugnam pela manutenção dos painéis azulejares. -----

----- Deixo aqui uma frase do filho de um dos arquitetos deste edifício que diz o seguinte, em entrevista: ‘a Câmara deveria ser cuidadosa nesta apreciação, considerando que é um disparate perder a riqueza da complexidade das camadas de arquitetura, caso o processo venha mesmo a ser aprovado isso mostra que não há sensibilidade da autarquia.’ Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito rapidamente, apenas saudar os peticionários que se juntaram nesta Petição em defesa do património da cidade, e referir que temos uma alteração à Proposta de Recomendação, que está em cima da Mesa para ser votada e que, basicamente, é incluir um 4º de Ponto para podermos incluir as deliberações que já foram tomadas nesta Assembleia sobre este prédio, em concreto, e que é a Deliberação de 44/2017 e a 46/2017 também.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. O que nós queremos dizer sobre isto é que apresentámos aqui uma Moção, em 21 de Fevereiro, que dizia o seguinte: ‘O Grupo Municipal do PCP propôs que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua Sessão Ordinária de 21 de Fevereiro de 2017 deliberasse: Ponto 1, manifestar repúdio com a decisão conhecida e manifestar-se contra a demolição do prédio em causa, propondo que o mesmo passe a constar da lista de bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico do PDM de Lisboa como bens imóveis de interesse Municipal e outros bens culturais’. Foi isto que foi proposto e foi isto que foi votado, quase por unanimidade, apenas com a abstenção de 5 Deputados Municipais independentes do Partido Socialista. -----

----- Esta moção foi votada aqui a 21 de Fevereiro, e agora as 2 Comissões que trabalharam sobre o assunto, nós tivemos presentes, a Deputada então em exercício do PCP, Lúcia Gomes, esteve presente na reunião com os peticionários, saudou e agradeceu aos peticionários a sua iniciativa e participação cívica e disse mais! Que rejeitamos em absoluto a política de Ordenamento do Território da Câmara Municipal que só beneficia a especulação e que mais um hotel não vem trazer nada à cidade, a não ser o aumento dos preços e a elitização da utilização do Centro urbano histórico. Que não estamos de acordo com a demolição parcial, ou seja, mantêm os azulejos da fachada e deitam abaixo o interior. -----

----- Esta foi a nossa posição e é essa posição que nós reafirmamos perante esta Recomendação das 2 Comissões que diz logo no Ponto 1 que a Câmara mantém a fachada do edifício, isto é denegar a Moção que foi aqui aprovada só com a abstenção de 6 Deputados Independentes do Partido Socialista. Isto é pôr de parte aquilo que foi aqui aprovado quase por unanimidade e, portanto, nós não podemos estar de acordo com este 1º Ponto, estamos de acordo com os 2 pontos seguintes, mas com o 1º não está não estamos e vamos votar contra e acho mal que as Comissões, realmente, não tenham visto a situação no seu todo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício. Em 1º lugar queremos saudar os peticionários por terem trazido mais um assunto pertinente aqui à nossa Assembleia e que daqui se possa resolver, ir ao encontro desta Petição e, eventualmente, abrir um leque para que, no futuro, outras situações do género não possam acontecer, possam não acontecer exatamente iguais. -----

----- De qualquer forma, gostaria de salientar que Lisboa é caracterizada pelas suas ruas, pelos seus prédios, pelas suas lojas, pelo que tem construído, pelos seus espaços verdes e pelas suas vivências, é isso que se calhar chama os turistas a Lisboa mas, de qualquer forma, não pode ser um museu. -----

----- Se concordo que todas as épocas têm que deixar um espaço, têm que deixar a sua marca, têm que ficar, a construção de lojas e outro tipo de espaços de cada época, para que haja uma caracterização da história do que é Lisboa e Lisboa é a sua vida, é os momentos que passou, não podemos tornar Lisboa num museu inalterável. Daí concordar que se deve manter prédios como este, evitar que eles desapareçam, mas também não podemos manter todos os prédios de todas as épocas, senão fica uma cidade de época e não aparece novas arquiteturas. -----

----- Nesse sentido, de referir que, em 1º lugar, em relação à Petição 1/2017, contra a demolição do prédio dos anos 70, no Chiado, referi que, em 1º lugar, infelizmente, este não é um caso único, Lisboa tem perdido diversas referências de património, seja de prédios, seja de encerramento de lojas emblemáticas, para dar origem a hotéis, lojas de recordações, lojas de comida rápida, entre outras, para não usar o termo inglês que é normalmente utilizado para este tipo de lojas. -----

----- No nosso entender, a Câmara deve ter um papel mais ativo na proteção do património arquitetónico da cidade, em especial na manutenção e conservação dos

painéis de azulejos, bem como das fachadas de edifícios ao longo das várias épocas. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, até porque o CDS já que fez aqui uma intervenção a manifestar a sua posição sobre o aqui é definido nesta Petição só que, entretanto, foram levantadas aqui questões quer pelo Bloco, quer pelo PCP e, por desconhecimento, porque CDS não faz parte da Comissão de Cultura e porque a nossa Deputada da 3ª Comissão fez-se substituir hoje, portanto não tenho acesso a essa informação. -----

----- Dizer que, nas notas desta Recomendação é aqui colocado como anexo, aliás é um anexo desta Recomendação da 3ª e da 7ª Comissão, as recomendações do PCP e do Bloco, e relativamente a estar vertido nas conclusões, das conclusões do Parecer destas duas Comissões, aquilo que era o corpo das Propostas do PCP, como disse quase aprovado por unanimidade e também a do Bloco, o que eu vejo no Parecer é que o Parecer foi aprovado por unanimidade, portanto não estou a perceber aqui qual é a dúvida. Primeiro, porque os textos da Recomendação estão aqui em anexo, e está aqui! É ver a página 4 do relatório da Petição e, depois, porque pelo que eu vejo, até vejo aqui a intervenção da Deputada Lúcia Gomes do PCP, se calhar o Bloco não esteve presente nesta reunião, mas a verdade é que o Parecer foi aprovado na unanimidade, portanto, não percebi qual é que era a questão. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Agora sim, não temos mais Deputados Municipais inscritos. -----

----- Temos um pedido do Partido Comunista Português para votar ponto por ponto a Recomendação. O ponto 1 só em separado? Muito bem. Obrigado. -----

----- E portanto, Recomendação 2A/137 oriunda da 3ª e 7ª Comissão, vamos votar o Ponto 1 em separado. -----

----- **Voto do Ponto 1 da Recomendação nº 2A/137** – ‘Sobre a Petição 1/2017 - Contra a demolição de prédio dos anos 70 no Chiado’. O Ponto 1 da Recomendação nº 2ª/137 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- **Voto dos Pontos 2 e 3 da Recomendação nº 2ª/137** – ‘Sobre a Petição 1/2017 - Contra a demolição de prédio dos anos 70 no Chiado’. Os Pontos 2 e 3 da Recomendação nº 2A/137 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos entrar no Ponto 4 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Temos um pedido de palavra d Deputado Municipal Ricardo Robles. -----

----- Vossa Recomendação, para este Ponto não tenho aqui nenhuma Recomendação que não me foi transmitida. O Bloco de Esquerda tem aqui uma Proposta de aditamento do Ponto 4 que, na Mesa, não consta, não nos foi distribuída por *email*,

portanto, deve ter havido aqui alguma dificuldade de comunicação entre os serviços também.-----

----- Do ponto de vista regimental, não tendo sido distribuída antecipadamente, a Proposta tem que ser entregue até ao início, no momento do início do debate e da votação deste ponto e, portanto, a não ser que haja alguma unanimidade em relação à demissão deste Ponto, a Mesa não a pode aceitar.-----

----- Ninguém conhece, eu acho que, eu posso passar a ler para formularem essa reflexão.-----

----- O aditamento seguinte, ou seja: ‘considerando que a matéria objeto da Petição e da Recomendação em epígrafe foi já objeto de duas Deliberações da Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião número 133, realizada a 21 de Fevereiro 2017, Deliberação 44/2017 e Deliberação 46/2017, publicadas no Boletim Municipal, que as referidas Deliberações vão no sentido mais extenso’. -----

----- Senhor Deputado, agora que estou a ler e a tomar contacto pela primeira vez, eu acho que isto implica alguma substância, porque está a remeter a Proposta do Bloco para outras Deliberações que os Grupos Municipais têm que ter conhecimentos e têm que ver e pronunciar-se, portanto, a Mesa registará este documento e dará entrada e depois a Conferência de Representantes verá com o Bloco de Esquerda, como é que isto pode ser reformulado.-----

----- No fundo, aquilo que o Bloco de Esquerda queria era repescar as Recomendações e Deliberações anteriores para que tenham uma rápida execução pela Assembleia Municipal, mas convinha que os Grupos Municipais possam estudar e, portanto, a Mesa passará ao Ponto 4 de Declarações Políticas.”-----

----- **PONTO 4 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS (COM MOCÕES E RECOMENDAÇÕES), AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES; VOTAÇÕES**-----

----- (O Voto de Saudação nº 1/137 apresentado pelo PCP – ‘Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora – 28 de Março de 2017. Vencer a precariedade, defender os nossos direitos!’, fica anexado à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Voto de Saudação nº 2/137 apresentado pelo PS – ‘Pelo investimento na rede de cuidados de saúde primários na cidade Lisboa’, fica anexado à presente ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Moção nº 1/137 apresentada pelo PCP – ‘Transferência de Competências’, fica anexada à presente ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Moção nº 2/137 apresentada pelo BE – ‘Por um serviço público de transporte Metropolitano de Lisboa’, fica anexada à presente ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação nº 1/137 apresentada pelo PEV – ‘Pela descarbonização da economia’ fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).

----- (A **Recomendação nº 2/137** apresentada pelo BE – ‘Sobre o recurso a vínculos precários por parte da Câmara Municipal e Empresas Municipais’ fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 3/137** apresentada pelo MPT – ‘Pela correção do sistema de iluminação pública na Avenida Cidade Praia da Victoria’ fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Nós temos 6 inscrições.-----

----- Dar nota que recebemos, há pouco, algumas indicações de alguns Grupos Municipais, de 2 tipos:-----

----- Se, como temos um tempo global que ultrapassa a duração da Assembleia Municipal, se este ponto deveria ser iniciados ou não.-----

----- E uma 2ª nota que será de uma reflexão posterior, de alguns Grupos Municipais, referindo que as declarações políticas deviam estar no Ponto inicial.-----

----- Esta 2ª matéria é algo para, naturalmente, referirmos e abordarmos em Conferência de Representantes, a nossa prática tem sido que as Petições é que são sempre iniciais.-----

----- Em relação aos inscritos, uma vez que não temos os 10 Grupos Municipais inscritos, nós estamos perfeitamente dentro do tempo consagrado no regimento e também, como é habitual, os tempos estarão longe, em princípio, de ser esgotados.-----

----- Eu vou deixar a condução dos trabalhos às Secretárias da Mesa, porque também, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, serei o Deputado que fará a declaração política e depois voltarei a assumir a condução dos trabalhos no momento das votações.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em exercício.-----

----- Apresentamos hoje nesta Assembleia uma Moção sobre a transferência de competências, em conformidade com o reforço da coesão nacional, regional e local, na promoção da eficiência e eficácia da gestão pública numa descentralização adequada e positiva para as populações de Lisboa e de todo o país.-----

----- Descentralização e transferência de competências que incluam o poder de decidir, acompanhadas de meios humanos, recursos financeiros e património adequado ao desempenho das funções, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações.-----

----- Novas responsabilidades em que os poderes nacional, regional e local possam atuar de forma harmoniosa e equilibrada para o desenvolvimento integrado e potenciador de riqueza, sabedoria humana e entrega daqueles que, eleitos e responsáveis, poderão contribuir para a resolução de problemas graves que se colocam hoje ao nosso país, num contexto internacional e nacional, onde impera a necessidade determinante de produzir riqueza em setores fundamentais para o futuro de Portugal.--

----- A solução a encontrar deverá passar por uma descentralização em que o poder local se assumia como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção que façam sentido à luz dos princípios da subsidiariedade e complementaridade, como formas de melhor respondermos aos direitos e anseios das populações, respeitando e promovendo as áreas da responsabilidade das funções sociais do Estado, aos níveis nacional, regional e local, em conformidade com a Constituição da República Portuguesa. -----

----- Poderes que permitam o desenvolvimento estrutural e vital do país e que coloquem todos os cidadãos num plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----

----- Reafirmamos, assim, a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento nacional, local e regional. A conformação de regiões enquanto fator indispensável a um processo coerente de limitação de responsabilidades entre os vários níveis em exercício, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios, a eliminação de todas as restrições à atividade do poder local nas áreas financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----

----- A transferência de atribuições e competências com a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro, avaliando seriamente as necessidades de investimento nos anos que se seguem.

----- Num país que precisa de se afirmar e desenvolver, os eleitos e todos que anseiam elevar a capacidade produtiva e inovadora das áreas fundamentais de criação de riqueza e bem-estar, que trabalham e erguem respostas integradas e valiosas para o futuro de todos, têm de se conjugar nas diferenças e nas capacidades democráticas de encontrar soluções, organizar consensos e forças necessárias, de dar passos corajosos em frente, de levar a cabo o que nos identifica e fará avançar de forma coesa e determinada. -----

----- É isso que procuramos na Assembleia da República e nesta Assembleia Municipal, com Propostas e num contributo de experiência de trabalho e de ambição para um melhor futuro de Lisboa, do poder local e do nosso país. Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente em exercício, Deputada Margarida Saavedra, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- No passado dia 21 de Março a Proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Lisboa, através de um debate de atualidade, analisou o Programa ‘Lisboa SNS Mais Próximo’, que contempla a abertura de 14 novos centros de saúde na capital, o protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, vai beneficiar 305 mil utentes, com 14 novos centros de saúde, em Lisboa, e nas palavras do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, é o maior e mais ambicioso programa das últimas décadas, contribuindo, no futuro, para melhorar as condições de vida da população da cidade. -----

----- O Partido Socialista, naturalmente, concorda com esta relevância, concorda com a dimensão, que deve ser elogiada, deste programa e é também por isso que nós, em linha com o que tinha sido anunciado pelo Deputado Municipal José Leitão, apresentamos hoje um Voto de Saudação.-----

----- Os novos centros de saúde vão substituir algumas unidades que funcionam em edifícios habitacionais com difíceis condições de acesso e vão ser dotados com novas valências, como análises ou raios-x, num investimento que ronda os 30 milhões de euros. Trata-se do maior investimento financeiro, das últimas décadas, no reforço dos cuidados primários de saúde na cidade de Lisboa, a construção destes equipamentos, projetados de raiz, será financiada pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Face a esta excelente iniciativa do Município, trabalhada pelo Vereador João Afonso e pelo Presidente da Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda, na sessão passada, na impossibilidade de criticar o plano, naturalmente que é difícil criticar aquilo que é uma mais-valia tão grande para a cidade de Lisboa, mas também procurando, e nós Partido Socialista achamos isso, desvalorizá-lo, resolveu falar da 2ª circular, das Comissões da Assembleia Municipal que acompanham o assunto e da suposta falta de saúde democrática da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Com toda a amizade e respeito pelo protagonista e pelos restantes membros do Bloco de Esquerda, nós consideramos que foi uma triste desvalorização do tema da Saúde.-----

----- Como disse o Deputado Municipal José Leitão, que lidera o Grupo Municipal do Partido Socialista, há um tempo para tudo, e não como agora e como o Bloco fez na semana passada, não devemos ter um tempo para desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, nem devemos desvalorizar as soluções apontadas. O Partido Socialista não ficaria de bem com a sua consciência se não fizesse esse reparo ao Bloco de Esquerda e se não propusesse também, como anunciou, no momento e no tempo próprio, este Voto de Saudação de sobre esta matéria.-----

----- Mas também não queremos deixar sem resposta os reparos que foram feitos quanto à saúde democrática da Assembleia Municipal de Lisboa. É hoje o tempo, no momento próprio, no local próprio, que é o plenário da Assembleia e nas declarações políticas, para também abordarmos o tema.-----

----- Para nós, como já dissemos, foi uma intervenção lamentável sobre os valores democráticos da Assembleia Municipal de Lisboa, apenas e só porque se perderam umas votações sobre quem deve ou não deve ser ouvido. Com esta maioria e repito, com esta maioria, a Assembleia Municipal de Lisboa tem o melhor regimento que alguma vez teve nestes anos de democracia, tem o melhor regimento em termos de aprofundamento do seu papel na vida da cidade, tem o melhor regimento em termos de direitos de todos os Grupos Municipais. Com esta maioria a Assembleia Municipal de Lisboa tem boas condições de trabalho, de funcionamento, de instalações para todos os Grupos Municipais. Com esta maioria, que tão criticada foi quanto à saúde democrática da Assembleia Municipal de Lisboa, nós temos uma Conferência de Representantes, que funciona bem e com a regularidade, nós temos o exercício do direito de Petição, como ainda aqui vimos, e várias figuras regimentais que permitiram

aprofundamento da participação cidadã nos nossos trabalhos, nós temos debates de atualidade, nós temos debates temáticos, nós temos direito de agendamento dos Grupos Municipais, nós temos Propostas da Câmara Municipal que já foram alteradas, nós temos uma Assembleia Municipal com serviços de apoio dependentes da própria Assembleia Municipal. Eu podia continuar a dar aqui dezenas de exemplos, mas em síntese, nós temos condições de funcionamento de excelência que não têm paralelo no país, é um desígnio de todos, que começou há muitos anos, foi um trabalho conjunto em sede de regimento, um trabalho coletivo, que não é, apenas e só, propriedade do Partido Socialista e dos Deputados Independentes, antes pelo contrário, mas também não aceitamos ser atacados por algo que não é verdade, que é a falta de democracia na Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Mas também queríamos deixar uma nota sobre a 2ª circular que é o tema da substância, a verdade sobre a 2ª Circular, e é preciso que isto seja claro para todos, e não apenas e só, fazemos alguns números políticos com uma outra frase retirada do contexto, a verdade é que toda a documentação do procedimento de concurso que foi solicitada por todos os partidos, foi disponibilizada. Não há nenhum documento do concurso que não possa ser consultado, todos os membros do júri, e que são técnicos da Assembleia Municipal, falarão através dos seus relatórios, daquilo que escreveram, daquilo que votaram, daquilo que assumiram e que é do conhecimento de todos e que, de um modo muito claro, está na posse de todos os Grupos Municipais e é assim em termos de procedimento administrativo é assim, em termos de concurso, que os membros do júri exprimem-se nos seus relatórios.-----

----- Mas muito mais relevante do que isso, as Comissões da Assembleia Municipal vão ouvir o Presidente da Câmara, Fernando Medina, vão ouvir o Vereador Manuel Salgado, vão ouvir o Vereador João Paulo Saraiva, há um inquérito a correr que terá as suas conclusões divulgadas. Anteriormente, e aí sim era o tempo, nós, Assembleia Municipal, ouvimos toda a gente, todos os técnicos, todos os intervenientes, toda a gente que se quis pronunciar e, portanto, naturalmente que mais transparência, consideramos nós, é impossível. Não há memória, Senhoras e Senhores Deputados, de vermos anteriores Presidentes de Câmara na Assembleia Municipal a prestarem esclarecimentos nas Comissões. Alguém se lembra de ver Pedro Santana Lopes na Assembleia Municipal, nas Comissões, a prestar esclarecimentos? Alguém se lembra de ver Carmona Rodrigues a prestar esclarecimentos? Há aqui alguns que ainda têm muito boa memória e que participaram, ainda bem para a saúde democrática, se se lembram de ver Nuno Krus Abecassis na Assembleia Municipal a prestar esclarecimentos? E não é só prestar esclarecimentos, apenas e só, é dar explicações nas Comissões da Assembleia Municipal, sem tempo limite de intervenção dos Deputados que vão fazer intervenções e que os vão interrogar e, portanto, sem tempo limite de intervenção de quem questiona, sem limite de perguntas a colocar. Fernando Medina já esteve várias vezes nas Comissões, Fernando Medina já esteve na Conferência de Representantes a dar explicações, Fernando Medina e os Vereadores vêm cá dar todas as explicações da 2ª circular. Esta é que é a verdade dos factos e, portanto, nós não ficaríamos de bem se não disséssemos isso, para fazer um número político, apenas e

só, dizer que a saúde democrática da Assembleia Municipal está em causa, para além de falso é ridículo e configura, apenas e só, de facto, um número político sem nenhuma sustentação dos factos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo:

----- “Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados, público presente.-----

----- Um número político é quando um sportinguista veste uma gravata vermelha, mas eu sei que é um verdadeiro número político e se o Presidente atual sabe, não sei o que é que acontecerá. -----

----- Mas o Bloco de Esquerda valorizou aqui, e acho que bem, os 14 centros de saúde, valorizou, porque não podia deixar de ser, isto é sempre importante melhorarmos a saúde dos portugueses e que tenhamos uma melhor saúde com isso. Agora, o Rui Paulo quis fazer um número hoje aqui, para o Bloco de Esquerda, em nome da saúde democrática desta Assembleia, no entanto, ele sabe o é que a gente foi incisivos e porque é que foi incisivos, ou seja o rolo compressor da maioria fez-se valer na 3ª Comissão, ora, isso é que a gente chamou a falta de saúde democrático e isso, o Rui Paulo pode dar as cambalhotas que quiser aqui neste palanque sobre a saúde democrática e a boa saúde democrática porque, efetivamente, aquilo que foi feito na Comissão foi que foi exercido, pela 1ª vez, a maioria foi votado para que fosse impedido de que as pessoas prestassem toda, e os técnicos prestassem todas as declarações, naquele relatório e se cingisse só à figura do Presidente. -----

----- Ora aquilo que a gente quer saber era toda a verdade, agora quem tem medo da verdade não vota contra e aquilo que o PS fez foi usar a sua maioria para pôr em causa se soubesse a verdade, toda a verdade, sobre a 2ª Circular e é isso que o Rui Paulo não falou e é isso que tem que responder e que já devia, na última reunião, aqui, foi apontado, e muito bem, e foi isso que foi catalogado como a falta de democracia nesta Assembleia, quando foi exercida essa maioria e, portanto, é isso que faz mal, haver essas maiorias que querem exercer rolos compressores e que o Rui Paulo à bocado falou, da direita e dos Presidentes da Câmara da direita, que não prestavam contas. ----

----- Agora, o Rui Paulo também está a fazer o mesmo, ou seja, não quer que se preste contas a esta Assembleia daquilo que foi feito e daquilo que foi decidido.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em exercício. Não, é uma pergunta, portanto, penso que até aqui era bancada também. -----

----- Em 1º lugar, também, já agora também comentar, em relação à 2ª Circular, que o CDS também lamentou que não se possam ouvir quer os técnicos envolvidos no processo, uma vez que a fundamentação para anular a empreitada é técnica e portanto faria todo o sentido haver esses técnicos, não só mas também, o júri que foi alterado por variadas vezes nos que nos colocou várias questões e preocupações sobre essas alterações e sobre a ilegalidade das mesmas e, portanto, não foi possível. Assim, o PS votou contra, estamos numa democracia e, portanto, agora temos que respeitar a votação. -----

----- Mas eu tinha pedido a palavra para intervir sobre a questão do anúncio dos 14 centros de saúde, apresentado na semana passada, através do acordo assinado entre o Senhor Ministro da Saúde e o Senhor Presidente da Câmara que, obviamente que o CDS valoriza e é a favor e saúda a apresentação desta medida, porque é a favor, obviamente, dos cuidados de saúde primários e, aliás, este é um trabalho que tinha sido iniciado no anterior Governo PSD/CDS. -----

----- Dizer também, e aqui aproveitar para lamentar, que o atual Governo tenha impedido a implementação do enfermeiro de família, para quem conhece o projeto, tinha sido criado como experiência piloto no Governo e que, logo à entrada deste Ministro, este processo foi interrompido sem qualquer explicação, quer ao país, quer aos profissionais da área da saúde.-----

----- E depois, também lamentar que não seja reativada a Linha Saúde 24 sénior que foi criada também há cerca de 3 anos e que atendeu o espaço dos últimos dois anos cerca de 21 mil idosos, em vários casos, seja de isolamento, seja de violência, entre outros, e que também foi logo suspenso no início do mandato deste Governo, sem qualquer explicação.-----

----- Mas a preocupação que aqui trago é uma preocupação que todos nós, tenho a certeza, e ficou explanado no debate sobre a saúde em Lisboa e que nós continuamos a ter, na região de Lisboa e Vale do Tejo, falta de 682 mil médicos de família, ou melhor, há 682 mil pessoas não tem médico de família e, só na região de Lisboa, são 400. Com este anúncio dos novos 14 centros de saúde, obviamente, como disse, é uma medida positiva, é uma medida trará mais cuidados para a população de Lisboa, também foi em ano eleitoral e foi só em Lisboa, também nos causa aqui, mas é certamente uma coincidência, mas isto faz-me lembrar, na altura em que o centro, a extensão do Centro de Saúde de Marvila, no bairro dos Loios, ficou pronto, e esteve vários anos fechado, e esteve fechado porquê? Porque não tinha recursos humanos e não tinha recursos técnicos e, portanto, a pergunta que eu deixo aqui ao Partido Socialista, até porque não está previsto no acordo, ou não está explanado de forma clara, no acordo que foi assinado entre a Câmara e o Governo, é se vamos voltar a ter o mesmo problema e, portanto, pergunto se nos sabe dizer quantos médicos de Medicina Geral e Familiar estão previstos para estes 14 centros de saúde, quantos dentistas e oftalmologistas, se eles serão suficientes para este 14 centros de saúde, são 2 áreas de consultas que são agora uma novidade nestes novos centros de saúde, que foram divulgadas, portanto, saber se existe esse pessoal, esses recursos humanos, se vai haver enfermeiros, se vai haver assistentes técnicos e operacionais e se estão previstos esses assistentes e, obviamente, o pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica. -----

----- Portanto, deixar esta pergunta ao Partido Socialista, se tem esses dados, porque esta Assembleia não os tem, nem agora, nem os teve na altura do debate, e deixar esta pergunta, porque estes 14 centros de saúde, não podemos estar só a falar do lançamento da pedra e da ideia, que muitas vezes assistimos e depois não dá em nada, mas também só sobre a sua construção, porque podemos ver o passado não muito longínquo de há 14 anos, com o caso do Centro de Saúde de Marvila. -----

----- Portanto, não havendo recursos humanos, não havendo recursos técnicos, só tendo a construção em si, física, do centro de saúde, isso não é bastante para que esta rede de cuidados primários de saúde seja uma realidade e, portanto, deixava esta questão o Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu pergunto ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo se quer responder no fim ou se quer responder já. No fim.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- A pergunta que eu queria fazer ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo vem na sequência desta declaração política, da qual creio que estamos todos de acordo quanto ao benefício para a cidade, da abertura de todos estes centros de saúde e da melhoria dos cuidados de saúde primários, tal como já foi referido, esperemos que todos sejam abertos com equipamento humano adequado ao seu funcionamento.-----

----- Queria-me referir também aos comentários que foram feitos à Comissão que está a tratar da 2ª Circular, referir que não nos sentimos em condições de continuar o nosso trabalho porque, efetivamente, a única coisa que podemos fazer naquela Comissão são perguntas ao Senhor Presidente da Câmara e, para isso, nem sei porque é que se reúnem tantos Deputados em Comissão, mais valia concentrar as perguntas numa sessão de perguntas à Câmara. Portanto, achamos aquela Comissão, neste momento, totalmente redundante.-----

----- E quanto à democracia, eu quero referir uma coisa que refiro desde o primeiro dia que estou nesta Assembleia, que é que existem 51 Deputados Municipais e mais 24 Presidentes de Junta e a democracia, supostamente, na Constituição, é feita pelo método de Hondt e, portanto, quando se reúnem numa Comissão, os Deputados que se reuniram, dizer que é um processo altamente democrático é um bocado forçar a nota, porque, na realidade, nós não temos proporcionalidade quando se utiliza a representatividade da Assembleia que não é uma representatividade real.-----

----- Agora aquilo que eu queria perguntar é se, realmente, vamos continuar com exemplos desta democraticidade ou se, realmente, o Partido Socialista pensa fazer coisas ligeiramente diferentes.-----

----- Quanto àquilo que referiu daquilo que está à disposição desta Assembleia, dos Deputados, é totalmente verdade, nós somos um Município único, em todo o país, temos condições que mais nenhum município tem, mas porque temos coisas melhores que os outros, se calhar, devíamos também dar o exemplo e não aproveitar o facto de termos coisas melhores que os outros para depois, quando nos apetece darmos exemplos que não devíamos dar. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente em exercício.-----

----- Há aqui 2 questões. A 1ª é que tem a ver com a 2ª Circular que foi aqui falada, nós remeteremos para a opinião das forças políticas do capítulo do respetivo relatório quando for feito pela Comissão e não trazer isto a plenário antes de altura. Mas agradeço que o Bloco de Esquerda tenha aberto as hostilidades na antiga sessão, porque também este assunto é importante ser aqui discutido. -----

----- Em relação aos centros de saúde, claro que o MPT está a favor que a rede de cuidados primários seja melhorada. As únicas 2 questões que nos colocam aqui nesta apresentação assim tão rápida do projeto, se calhar, sem ter sido estruturado ao nível das pessoas que colocarão essa máquina em funcionamento, tanto médicos, como enfermeiros, como auxiliares, como pessoal administrativo, todos esses recursos necessários, como também a caracterização dos bairros e a definição dos bairros que também poderia ter sido importante ter havido um debate mais alargado para a definição da localização desses centros comerciais, desses centros de saúde, peço desculpa, e da população que vão servir. -----

----- O outro ponto que nos deixa aqui, também, um bocado, que questionamos aqui também, o PS, e que nos deixa um bocado pensativos, é em relação à Câmara Municipal estar a substituir-se ao Governo, na construção destes centros de saúde que deveria pertencer ao Ministério da Saúde e não à Câmara Municipal. Se tem essa possibilidade que o faça e acho que sim, que o pode fazer para aligeirar e para disponibilizar mais cedo possível tais centro de saúde. -----

----- Mas a dúvida que colocamos aqui, a pergunta que colocamos aqui é porque é que a Câmara Municipal de Lisboa não tem acesso aos fundos comunitários que o Ministério da Saúde teria para a construção destes centros de saúde ou, se tem, que nos digam em que modo é que isso vai acontecer, Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Primeiro tenho que salientar a posição antidemocrática do Partido Socialista na referida Comissão sobre a 2ª Circular e depois tenho a perguntar ao Senhor Deputado o que é que esconde o Partido Socialista, para ter tanto receio de ouvirmos os técnicos. -

----- Eu sei que, da sua parte, houve, neste momento, um número eleitoralista por parte do Senhor Deputado, mas repare que também devia vir melhor preparado. -----

----- E tenho-lhe a dizer, quanto aos centros de saúde, o Senhor Deputado nem sequer soube ao certo quais os centros de saúde, nem sequer se deu ao trabalho de ler o protocolo do que o Governo havia decidido. -----

----- E mais, esta situação, nós querermos, do Partido Social Democrata e outros estavam presentes, quererem os técnicos, não é nada de inédito, repare, a Colina de Santana, o risco sísmico, a segurança e não raras vezes os Senhores Vereadores se escondem atrás dos Pareceres técnicos e dos Senhores técnicos que lá estão, se bem, agora, também lhe posso dizer que, em relação à ATL, que o Partido Social Democrata queria que fosse o Senhor Presidente, aí o Partido Socialista já deu uma cambalhota e a cambalhota foi no sentido que tinha que ser um técnico, um técnico que é diretor e já não é o Presidente, portanto, em que é que ficamos? É isso que nós pretendemos é clarificar ideias e que o Partido Socialista diga o que é que estão a esconder, se não há

nada a esconder o porquê de não querer serem ouvidos os técnicos sobre as questões que os partidos que estavam representados nessa Comissão, consideraram pertinentes. É tudo. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção final e respondeu às perguntas colocadas:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, uma 1ª nota para agradecer ao Deputado José Casimiro a apreciação positiva que ele fez da minha gravata, eu tomo boa nota e como sou um Deputado Municipal progressista encaro isso pela positiva, que estava a ser apreciado devidamente pela Deputados José Casimiro em relação à cor da gravata e eu acho que, com o Bloco de Esquerda também deve estar gostar desta cor, presumo... o PCP gosta, o PS também, o Bloco de Esquerda, pelo menos o Deputado Casimiro pode ser que sim.-----

----- Foi um bom começo do Deputado Municipal José Casimiro para se furtar a 2 coisas que eu acho relevantes, e depois já lá vamos àquilo que disse.-----

----- Em primeiro lugar, eu tenho pena que o Bloco de Esquerda não tenha aproveitado a intervenção para se retratar um pouco daquilo que é o funcionamento global da Assembleia Municipal, não era preciso muito, bastava só, como fez o Deputado Miguel Santos do PAN, elogiar as condições que nós temos e que todos proporcionamos, eu registei, tomei boa nota que não o fizeram e que todos os mecanismos que nós temos no regimento, e que muitas vezes o Bloco também os procura utilizar, que não mereceram num tipo de agrado e que continuam a pensar que a saúde democrática da Assembleia Municipal está em causa.-----

----- O 2º ponto, eu também notei, boa nota, mais uma vez, elogio tão tímido sobre as Propostas do Serviço Nacional de Saúde, foi mais ou menos naquele estilo, pois, está bem, nós concordamos com isso, não vale a pena falarmos muito do assunto, vamos lá debater outras coisas. Não tenham problemas, aquilo que é bem feito e para elogiar, portanto podem elogiar sem problemas nenhuns, podem saudar, espero que votem a favor da moção do Partido Socialista para saudar o contributo da Câmara Municipal de Lisboa para a resolução deste problema, porque nós concordamos e já demos essa resposta há muito.-----

----- Esta Proposta responde àquilo que era a dúvida do Deputado Municipal Vasco Santos, se a Câmara devia ter aqui ou não algum papel, nós achamos que sim, nós achamos que sim e registamos a ambição do MPT, registamos a ambição do CDS, que querem fazer mais, que querem ir mais longe, que têm bastantes dúvidas, agora, sobre saúde, sobre o que é que vai ser, o que é que devia ter sido, nós também acompanhamos essa ambição, estamos convictos que, com este Governo, vamos ter respostas positivas a algumas das interrogações e registamos que a intervenção do Deputado Municipal Diogo Moura foi um grande relatório sobre a incompetência em matéria da Saúde, não só na cidade de Lisboa, como no país, do Governo anterior em que o CDS fez parte, em que o PSD liderou.-----

----- Em relação à matéria da Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva, há de convir, eu não lhe levo a mal, porque tinha que dizer qualquer coisa, às vezes, quando nos pedem para fazer a intervenção, tem que se dizer qualquer coisa, mas há de convir

que eu costumo ler os documentos que me passam pelas mãos, às vezes, o contrário é que não acontece aí nessa bancada e, por isso é que temos tantos problemas, às vezes, durante as sessões e durante as votações e, portanto, eu levo com *fair-play* e bom humor, mas acho que que é o comentário algo infeliz em relação a essa matéria.-----

----- Porque eu percebo, na verdade, quanto à substância, o Senhores Deputados Municipais têm pouco a dizer e não contrariaram nada em relação àquilo que eu referi, que tem a ver com a transparência, com acesso a toda a documentação, com o Presidente da Câmara a vir dar todas as explicações, com o Vereador responsável pelas obras a vir dar todas as explicações, o Vereador que tutela o inquérito que está em curso, vem dar todas as explicações, refugiam-se vagamente na expressão dos técnicos, vamos lá saber do que é que estamos a falar, Senhoras e Senhores Deputados, porque foram aventados alguns técnicos que não têm nada a ver com o processo de concurso da empreitada e, portanto, não são tidos nem achados para aqui, foi sobre o debate público, foi sob a audição pública, mas já passámos esta fase, nós estamos a avaliar o concurso público e, portanto, há um conjunto de técnicos que não são tidos nem achados, porque os técnicos estão no júri que tem toda a independência. -----

----- Depois são aventados alguns representantes de interesses privados, e esta Assembleia Municipal está aqui para avaliar o interesse público e se a Câmara o defendeu e se os membros do júri defenderam e se os responsáveis políticos tomaram a decisão, defenderam esse interesse público. Não estamos aqui para ser porta-vozes de representantes de empresas privadas que têm outros fóruns para se exprimirem, não é na Assembleia Municipal. Há inquéritos a correr, podem ser ouvidos. -----

----- Quanto à questão dos membros do júri, Senhoras e Senhores Deputados, e com isto termino, eu compreendo que muitos Deputados Municipais não são especialistas em contratação pública. Eu, por acaso que, modestamente, tenho alguma experiência nessa matéria, há aqui Deputados Municipais que têm uma experiência similar, ou até superior à minha, nessa matéria. Os membros do júri pronunciam-se naquilo que são os relatórios que escrevem, no relatório preliminar, ao longo dos procedimentos de concurso e pronunciam-se no relatório final. Todos esses documentos estão aqui na Assembleia Municipal, os membros do júri fizeram aquilo que tinham que fazer com independência, os responsáveis políticos decidiram, concordaram com a Proposta do júri, podiam não ter concordado. Até, como anunciaram, independentemente, se o júri depois no relatório final, eventualmente, tivesse outras posições, a suspeição que estava levantada merecia que a Câmara tivesse uma posição célere, como teve e, portanto, fazer algum folclore político, e estou a usar a expressão de um modo deliberado, contrariamente ao que os Senhores acham, de querer esclarecer tudo, é uma manifestação de grande independência é, sim, fazer aquilo que os responsáveis políticos não devem fazer. É causar constrangimentos a futuros júris e é colocar em causa a independência que eles devem ter à luz da legislação naquilo que são as suas decisões, aos membros do júri o que é dos membros do júri, aos políticos o que é da política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente em exercício, Senhora Secretária, Senhores Vereador, Senhoras e Senhores.-----

----- No dia 22 Março, a circulação automóvel e ferroviária foram interrompidas na Avenida da Índia, portanto, agora passámos da 2ª circular para o outro lado de Lisboa, na 24 de Julho e na linha de Cascais, por questões de segurança, devido ao desvio de um pilar do viaduto de Alcântara, causando um enorme transtorno aos utentes da CP e a todos os que necessitam de circular na cidade de Lisboa por meios rodoviários. -----

----- Na mesma altura, o Vereador com o pelouro do Urbanismo, lamentamos que não esteja cá hoje, afirmou em declarações à comunicação social, amplamente divulgadas, que todos os indícios apontam para que tenha sido um embate de um veículo pesado que terá levado à deslocação do pilar.-----

----- Durante a reunião de Câmara, no dia seguinte, dia 23, o mesmo Vereador, com o pelouro do Urbanismo, afirmou que não se sabe se o embate do veículo pesado é do passado recente ou se é muito anterior e garantiu que não é possível afirmar que tenha sido provocado por um veículo que tenha embatido na guarda superior, pode não ter sido um embate, pode ter sido uma travagem, no entanto, nas edições dos diários Público e Correio da Manhã, do dia 23, pode-se ler, respetivamente, que na noite de terça-feira, um camião embateu num pilar de um dos viadutos e originou uma deslocação da estrutura, nas palavras de Carlos Castro, que também não está cá, Vereador da Proteção Civil da Câmara e que Manuel Salgado, Vereador da Câmara com o pelouro do Urbanismo, explicou que o embate de um veículo pesado na guarda do tabuleiro afetou a estrutura e causou o deslocamento do pilar. -----

----- Em reunião da Câmara, as questões e dúvidas colocadas pelo nosso Vereador do CDS não tiveram resposta da parte dos membros do executivo camarário. O CDS pediu, ainda, a abertura de um inquérito, mas o executivo socialista não quis confirmar se vai, ou não, abrir um inquérito para apurar as responsabilidades e as causas da origem do desvio do pilar do viaduto de Alcântara.-----

----- Deixamos aqui, novamente, as mesmas perguntas, desta vez sem interlocutor, não estão cá: quem alertou os Bombeiros Sapadores de Lisboa para o problema do viaduto de Alcântara? De onde surgiu o alegado indício do embate de um veículo pesado? Quais foram efetivamente os indícios verificados *in loco* e que levaram a afirmação de que se teria sido um pesado a causar o desvio do pilar?-----

----- Portanto, em que ficamos? Um Vereador diz uma coisa, o outro diz outra, está em causa a segurança das pessoas e por isso justifica-se plenamente um inquérito e rigoroso. -----

----- Fica a dúvida: as vias de acesso a Lisboa são alvo de avaliações permanentes de segurança e manutenção? Neste caso específico do viaduto de Alcântara quando foi feita a última avaliação e/ou inspeção? Quais as suas conclusões? Qual foi o resultado da avaliação feita *in loco* pelas autoridades de segurança ao estado do viaduto de Alcântara, na sequência do incidente Março, de 22 de Março? Há um relatório? Não há? Sendo necessárias intervenções, quanto tempo vão demorar? Quais os constrangimentos que se preveem venham a ser causados e que alternativas serão disponibilizadas à população? -----

----- Sabendo-se que o viaduto foi construído há mais de 4 décadas com provisório, para quando se prevê a solução definitiva? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Alguém quer usar da palavra? Penso que não. Passo a palavra ao Senhor Deputado Vasco Santos do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente em exercício, Vereadores, Senhores Deputados, restantes presentes.-----

----- Para esta sessão de declarações políticas, o MPT apresenta a Recomendação pela correção do sistema de iluminação pública na Avenida Praia da Vitória, a Avenida Praia da Vitória localiza-se no eixo que se inicia na Rua Dona Estefânia e passa pela Praça Duque de Saldanha e termina da Rua 5 de Outubro.-----

----- Portanto, junto à zona de intervenção das obras do eixo central. Passe embora tenha sido recentemente intervencionada, existem alguns problemas, nomeadamente em relação à iluminação do espaço público.-----

----- Os candeeiros *led* que foram colocados pela Câmara Municipal de Lisboa na ilha central de estacionamento, somente iluminam a zona de estacionamento central e a via de circulação automóvel, em detrimento do passeio público.-----

----- Já agora, de salientar, que os candeeiros que existiam lá antes também estavam colocados na mesma ilha central, mas eram substancialmente mais altos, logo, não havia problemas de iluminação no passeio público. De salientar que este problema aplica-se unicamente aos quarteirões do lado oeste da Avenida, junto à rua Dona Estefânia, pois os restantes quarteirões já possuem outro sistema de iluminação que permite iluminar os passeios. É só o 1º e o 2º quarteirão que, da rua Dona Estefânia até à Praça Duque de Saldanha, a zona intervencionada do lado do monumental não tem esse problema, porque foi mantido os candeeiros originais.-----

----- Não podemos esquecer que um bom sistema de iluminação pública tem várias funções, prevenir a criminalidade, facilitar a circulação pedestre, facilitar o acesso aos prédios e algumas lojas que existem naquela rua.-----

----- Face ao exposto, o MPT apela a Câmara Municipal de Lisboa que considere, avalie e, posteriormente, corrija ou complete o sistema de iluminação na referida Avenida, de forma a que os passeios fiquem iluminados, bem como ter em consideração este alerta para outros projetos de intervenção no espaço público.-----

----- Antes de terminar, vou pedir uma correção ao 1º ponto de forma a ter uma maior unanimidade deste plenário nas votações, no 1º ponto, e já agora peço atenção à Mesa, por favor, vou pedir uma pequena alteração ao 1º ponto da Recomendação onde se lia ‘corrija ou complemente o sistema de iluminação’ que seja acrescentar ‘avalie e posteriormente corrija ou complete o sistema de iluminação. Muito obrigado. Disse”--

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Alguém quer usar da palavra? O Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente em exercício. Apenas dizer que nós concordamos com o caso que aqui nos traz, com este problema que nos traz aqui o MPT, eu próprio também moro na zona e portanto constato a fraca visibilidade que a iluminação destes novos a candeeiros de *led* nos trazem, mas também queria chamar a atenção para outro facto que me preocupa e que ainda hoje de manhã constatei.-----

----- Se bem que considero positivo que no eixo central, nesta intervenção que a Câmara fez recentemente e que vai voltar se intervencionados devido aos problemas que ali tem, uma das coisas positivas foi ter reabilitado os candeeiros antigos, os candeeiros antigos da Avenida República, embora com esta iluminação *led* não tem trazido grande visibilidade e portanto gera este sentimento de insegurança no próprio eixo central, mas hoje deparei-me com o facto de a Câmara estar a retirar e a eliminar os candeeiros desde o Campo Grande até Entrecampos, aqueles candeeiros antigos, que considero que são património da cidade e património de todos nós, aqueles que têm uma caravela dourada no topo, e que estão a ser substituídos por candeeiros novos e, portanto, também era bom que a Câmara explicasse o porquê de, numa zona da cidade manter os candeeiros antigos e recuperá-los, e acho muito bem, tem o nosso apoio, e depois na zona de entre o Campo Grande e Entrecampos andar a retirar estes candeeiros que já são um marco da nossa cidade, da nossa história e que estão a ser eliminados em toda esta zona.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, relativamente a esta pergunta que é mais uma constatação do CDS é só para dizer que também concordo com as mesmas preocupações, e que, se possível, e que fosse estudado pela Câmara Municipal, como manter e adaptar às iluminações *led*, os atuais candeeiros existentes tanto nos parques como os outros tradicionais, de forma a que, como foi dito há bocado em relação à Petição 1/2017, não descaracterizar parte do património da cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, se poderia vir para a presidência da Mesa, uma vez que a Senhora Deputada, Margarida Saavedra está com problemas de saúde. Asma.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados, as melhoras. -----

----- Só para isto ficar, do ponto de vista regimental, tudo certinho, algum Grupo Municipal se opõe a que eu volte para a Mesa? Portanto, se não tínhamos que eleger aqui uma Mesa *ad hoc*, portanto, desse ponto de vista, vamos dar continuidade. -----

----- É a Senhora Deputada Cláudia Madeira, que está escrita para a declaração política. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Verdes decidiram trazer o tema da descarbonização da economia à sessão de declarações políticas de hoje. -----

----- A sociedade está a alterar o sistema climático rapidamente e de forma irreversível com os gases com efeito de estufa que produz, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis.-----

----- O rápido crescimento do consumo de energia à escala global é preocupante para as gerações presentes e futuras e para o planeta.-----

----- Como alguns especialistas defendem, nunca teríamos chegado a este ponto se os gases com efeito de estufa tivessem cor ou cheiro. Mas os seus efeitos são bem visíveis e estão a acontecer de forma irreversível. A subida do nível do mar, as condições meteorológicas extremas, a propagação de doenças, entre outros fenómenos, são já bem evidentes e é preciso agir para evitar danos e riscos mais graves. -----

----- Foi perante esta urgência que a comunidade mundial se comprometeu a manter o aquecimento abaixo dos 2°C e a empenhar todos os esforços para o limitar apenas a 1,5°C.-----

----- Para conseguirmos atingir este objetivo, a esmagadora parte das reservas de carvão, petróleo e gás natural deve ser deixada no solo, em vez de ser extraída e utilizada. -----

----- E, de facto, se por um lado é errado, insustentável e perigoso intensificar as alterações climáticas, financiá-las e tentar lucrar com elas é não apenas um jogo de especulação financeira, como um grave atentado à sustentabilidade ambiental e uma agressão ao futuro do ser humano e do planeta. -----

----- Sobre os compromissos do Acordo de Paris, é de salientar que o próprio Governo português anunciou que, até 2050, o nosso país será neutro em emissões de CO₂, sendo necessário começar a trabalhar já para este compromisso. -----

----- A crise climática é uma das maiores ameaças que vivemos e é altura de repensarmos a forma como vivemos. Perante o desafio que nos é colocado, a descarbonização é a única solução realmente segura para evitar alterações climáticas dramáticas. É urgente descarbonizar, eliminando progressivamente a dependência das energias fósseis substituindo-as por outras fontes renováveis como a hídrica, a eólica e a solar.-----

----- É verdade que em todas as discussões que fazemos sobre alterações climáticas, a palavra ‘descarbonizar’ aparece no topo, porque a consideramos relevante. Mas não nos ficamos por aqui. Há outros aspetos que Os Verdes têm reclamado e que também devem ser uma prioridade: a eficiência e a diminuição dos consumos energéticos.-----

----- Esta perspetiva da diminuição de consumos é fundamental a nível do edificado e da mobilidade, porque os transportes têm implicações diretas e muito fortes na emissão de gases com efeito de estufa e para Os Verdes a palavra-chave neste sector está na mobilidade coletiva.-----

----- O lado da eficiência no consumo tem sido ignorado ao longo de anos. Os edifícios residenciais e de serviços, nos quais se gasta cerca de 30% da energia do país, são

exemplo desta negligência. Uma parte considerável (cerca de 15%) da energia utilizada nos edifícios residenciais é usada para aquecimento, devido ao fraco isolamento das casas. -----

----- Investir na requalificação dos edifícios traria poupanças energéticas consideráveis, particularmente nos grandes centros urbanos, onde é necessário um investimento forte orientado por políticas públicas de reabilitação urbana. -----

----- Nesta discussão, importa também clarificar que a fiscalidade verde não se pode caracterizar como uma forma de ir buscar dinheiro aos contribuintes, porque o seu principal objetivo deve ser a alteração de comportamentos para que consigamos obter padrões ambientais melhores. -----

----- Acreditamos que os cidadãos têm sensibilidade para um consumo responsável, mas a Administração Central e a Câmara Municipal de Lisboa têm de fazer o seu papel. Têm de informar, sensibilizar e dar o exemplo. -----

----- Atualmente, um número crescente de cidades já decidiu eliminar os seus investimentos em combustíveis fósseis. Podemos dar o exemplo de Berlim, Bordéus, Copenhaga e Estocolmo, entre outras. -----

----- Copenhaga decidiu mesmo proibir os investimentos em empresas que obtenham mais de 5% da sua receita a partir de carvão, petróleo ou gás, aplicando-se o critério a empresas que se dediquem à prospeção ou extração de carvão, petróleo ou gás, bem como a empresas que forneçam equipamentos e serviços para a indústria dos combustíveis fósseis.-----

----- Perante isto, o objetivo desta declaração política de Os Verdes é alertar para o desafio que temos pela frente, para o qual a cidade de Lisboa deverá estar atenta e comprometer-se de forma séria, estruturada e conseqüente com o combate e adaptação às alterações climáticas, o que passa obrigatoriamente por melhorar a eficiência energética e reduzir os consumos. -----

----- Por isso mesmo, colocamos à consideração dos Senhores Deputados uma recomendação para que a Câmara Municipal de Lisboa assuma o desinvestimento nos combustíveis fósseis como uma prioridade, à semelhança de outras cidades a nível mundial e aposte na melhoria da eficiência energética e na redução do consumo energético. E porque precisamos de medidas concretas, propomos que a Câmara elabore um relatório onde apresente medidas no sentido da descarbonização da cidade de Lisboa, que desenvolva campanhas de informação e sensibilização sobre a necessidade de descarbonizar a cidade e que informe a Assembleia Municipal sobre essas medidas. -----

----- Se queremos descarbonizar, temos de agir a todos os níveis para que, de facto, os combustíveis fósseis sejam progressivamente arredados da nossa vida individual e da nossa vida coletiva.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, temos um pedido de esclarecimento do Deputado Municipal André Couto do Partido Socialista, microfone para o Senhor Deputado André Couto, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista está totalmente de acordo com esta Recomendação e que esta é uma questão especialmente pertinente quando temos, mais recentemente, assistido ao surgir de alguns protagonistas políticos que, inclusivamente, negam o aquecimento global.-----

----- Dizer também, com satisfação, que grande parte deste percurso que foi aqui narrado pela Senhora Deputada Municipal já está a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa, que está na linha da frente em boas práticas neste domínio, Lisboa já tem, hoje em dia, uma frota elétrica considerável e a maior rede de postos de abastecimento do país, 100% de semáforos *led* na cidade, é a 4ª cidade do mundo a reduzir perdas de água em canalizações, com um aumento constante da recolha seletiva e da reciclagem, projetos de hortas urbanas para proteção local e, ao mesmo tempo, aposta nos mercados locais para redução de distâncias entre produtor e consumidor, a afirmação também de Lisboa como cidade solar, com o incentivo aos painéis solares.-----

----- Portanto, queríamos agradecer aqui à Senhora Deputada a reflexão, e mostrar-lhe a satisfação por estarmos juntos neste caminho que contará, obviamente, com o nosso voto favorável. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, se a Senhora Deputada, Cláudia Madeira, quer usar da palavra, o microfone para a Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, obrigada Senhor Deputado, eu queria só, por um lado congratula-me pelo Partido Socialista nos acompanhar nesta preocupação e nesta nossa Proposta.-----

----- Mas dizer que é preciso ir mais longe, ainda bem que o Partido Socialista partilha estas preocupações, mas é preciso ir mais longe, a nível de medidas concretas, a nível de dar o exemplo e a nível de campanhas de sensibilização e de informação.-----

----- Não sei se, por exemplo, se os Senhores Deputados do Partido Socialista já tiveram oportunidade de consultar a estratégia Municipal para adaptação às alterações climáticas onde se refere, duas ou três vezes, a questão do carbono mas, por exemplo, até a nível dos termos que são usados e de ideias e de conceitos presentes, seria importante que esta própria estratégia, que tem dezenas e dezenas de páginas, esclarecesse, de forma clara, qual é a vantagem e a urgência de se descarbonizar.-----

----- Fica, portanto, aqui também esta preocupação por parte de Os Verdes e esta sugestão ao Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Vamos entrar na última declaração política de hoje, Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.-----

----- O Bloco de Esquerda está a sinalizar aquele assunto que falou há pouco comigo em relação com a Mesa. Só para termos todos a mesma informação, há pouco, quando eu estava fora da Mesa, o Bloco de Esquerda abordou-me, pelo Deputado José Casimiro, dizendo que tinha feito uma inscrição, em termos da declaração política, que a Mesa não tinha aceite por ser fora de tempo. É verdade que o Regimento coloca o assunto que a inscrição para as declarações políticas tem que ser até ao início da sessão, mas também é verdade que a nossa prática, em especial em dias como hoje, que as declarações políticas não são 1º ponto dos trabalhos, que tem existido uma certa latitude, para usar uma expressão que eu usei há pouco sobre a habitação. -----

----- E portanto, se não houver nenhuma manifestação contrária por parte do plenário, eu vou aceitar a inscrição para a declaração política do Bloco de Esquerda, até, no caso, tendo eu próprio feito uma intervenção em que referi o Bloco de Esquerda, poderia ser mal interpretado e não queremos suscitar outra matéria sobre a democracia da Assembleia Municipal e, portanto, vamos aceitar a inscrição do Bloco de Esquerda.

----- Pedindo desculpas ao Miguel que já está aqui no púlpito e recordando aos Grupos Municipais que, já não digo que sigam todos a boa prática do Partido Comunista Português, que até manda por escrito e antecipadamente as inscrições, mas, de facto, quando começa a Assembleia, podiam sinalizar a intenção de fazer a declaração política e, portanto, é a penúltima declaração política depois daremos a palavra o Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais imprensa e público em geral. -----

----- No passado dia 3 de Março de 2017, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 8/2017, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal. -----

----- Com esta alteração foi criado no Código Civil o subtítulo ‘Dos animais’, ficando por essa via autonomizadas as disposições respeitantes aos animais. A grande inovação é a de se passar a reconhecer que ‘Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza’. -----

----- Apesar desta alteração constituir um enorme avanço no ordenamento jurídico, os animais continuam a estar integrados no Livro III do Código Civil, ou seja estão integrados na parte referente ao Direito das coisas e como tal, objeto do Direito de propriedade, apesar de passarem a ser reconhecidos autonomamente das coisas móveis.

----- Do estatuto jurídico dos animais, destacamos os aspetos que consideramos mais relevantes designadamente: -----

----- O achador de animal pode retê-lo em caso de fundado receio de que o animal achado seja vítima de maus-tratos por parte do seu proprietário; -----

----- A guarda dos animais passa a ser regulada em caso de divórcio, devendo ser objeto de acordo sobre o destino dos animais de companhia; -----

----- Prevê-se o direito de indemnização em caso de lesão ou morte de animal, quer pelas despesas em que incorrer o seu detentor, quer pelo desgosto ou sofrimento moral;

----- O proprietário de um animal deve assegurar o seu bem-estar e respeitar as características de cada espécie devendo observar as disposições especiais relativas à criação, reprodução, detenção e proteção dos animais e à salvaguarda de espécies em risco;-----

----- O dever de assegurar o bem-estar inclui, nomeadamente:-----

----- a) A garantia de acesso a água e alimentação de acordo com as necessidades da espécie em questão;-----

----- b) A garantia de acesso a cuidados médico-veterinários sempre que justificado, incluindo as medidas profiláticas, de identificação e de vacinação previstas na lei.-----

----- A apropriação ilegítima ou destruição, no todo ou em parte, de animal alheio é punida com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.-----

----- Com estas alterações inicia-se um novo ciclo no tratamento jurídico dos animais contudo o caminho é longo e ainda há muito trabalho por fazer.-----

----- Não raras vezes, são os próprios detentores dos animais os autores das agressões aos mesmos, motivo pelo qual, o direito de propriedade não confira a possibilidade de infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus-tratos de que resultem em sofrimento injustificado, abandono ou morte do animal.-----

----- Tomando por base os dados divulgados na comunicação social em matéria de maus-tratos a animais, no primeiro trimestre de 2016 chegaram ao SEPNA 1101 denúncias (correspondendo a um aumento de 25% relativamente ao mesmo período em 2015), tendo sido registados 118 crimes de maus-tratos e 49 de abandono (mais 37%, no total).-----

----- Por outro lado, é preciso saber o que acontece aos animais depois de as autoridades tomarem conhecimento das infrações porque, por estranho que pareça, muitas das vezes os mesmos continuam nas mãos dos seus agressores ou maus cuidadores, por falta de centros de recolha oficiais.-----

----- De acordo com a legislação em vigor, nenhum animal deve ser detido como animal de companhia se não estiverem assegurados os seus parâmetros de bem-estar, seja ao nível das condições de alojamento, transporte, alimentação, abeberamento, ou de prestação de cuidados de saúde animal. Porém, o que entendem as entidades por ‘bem estar animal’?-----

----- O facto do ‘bem estar animal’ previsto no novo estatuto jurídico consubstanciar um conceito indeterminado, que o legislador concretizou só a título exemplificativo, designadamente ao nível do dever de serem assegurados os cuidados básicos de alimentação e abeberamento, bem como da prestação de cuidados médico-veterinários, não exclui outras situações passíveis de gerar o sofrimento dos animais.-----

----- São inúmeras as situações de animais que embora residam com os respetivos detentores, são mantidos e encerrados em espaços exíguos não adequados às suas necessidades fisiológicas e etológicas, como em varandas ou casotas ou ainda amarrados a correntes (por vezes mais pesadas que os próprios animais), expostos às adversas condições climatéricas de verão ou de inverno, sem que as autoridades fiscalizadoras (PSP, Polícia Municipal ou GNR), tenham meios, sensibilidade ou formação adequados para fazer cumprir as normas aplicáveis.-----

----- Diariamente e por todo o país são feitas denúncias às autoridades policiais, as quais na maioria das vezes se limitam a verificar se o animal possui chip de identificação, vacinação e/ou se dispõe das condições mínimas higieno-sanitárias, não tendo em conta se os animais se encontram presos a correntes de meio metro (situação que ocorre com enorme frequência no nosso País), ou se estão confinados a espaços reduzidíssimos especialmente em varandas como sucede nos centros urbanos e também na cidade de Lisboa.-----

----- Por tudo isto, voltamos mais uma vez a defender a necessidade imperiosa da existência de um Regulamento Municipal do Animal, para ficarem compiladas num mesmo documento as normas referentes aos parâmetros de bem-estar animal, que se encontram dispersas pelos vários diplomas legais.-----

----- Também relativamente à circulação dos animais em transportes públicos, não obstante a lei preveja que a deslocação de animais de companhia, nomeadamente cães e gatos, em transportes públicos não possa ser recusada, desde que os mesmos sejam devidamente acompanhados, acondicionados e sujeitos a meios de contenção que não lhes permitam morder ou causar danos ou prejuízos a pessoas, outros animais ou bens, de acordo com as condições previstas na portaria aplicável a esta matéria, apenas é possível transportar animais de pequeno porte que caibam em contentores, deixando de fora todos os outros animais que, obviamente não pondo em causa a segurança de pessoas, bens ou outros animais, não sejam passíveis de carregar nas designadas ‘transportadoras’.-----

----- O Grupo Municipal do PAN tentou acordar com esta Vereação a criação de um Regulamento Municipal do Animal, mas não tendo obtido sucesso, pelo que, apresentou uma Recomendação nesta Assembleia Municipal que tinha por objeto uma proposta de regulamento que serviria como documento de trabalho sujeito a discussão e evolução. Contudo a nossa recomendação foi rejeitada por esta Assembleia Municipal, e assim, passados quase quatro anos, há muitas questões que continuam por resolver, que são as mesmas que existiam e é uma pena que não se tenha podido avançar mais nesta área, uma vez que correspondem aos anseios da população.-----

----- Para concluir deixava de novo um apelo ao Senhor Presidente da Câmara para que as várias questões referentes ao bem-estar animal, possam ser retomadas através de diálogo não só com o Grupo Municipal do PAN, mas também com as associações de proteção animal existentes na cidade, para que possamos ter uma cidade mais feliz e compassiva não só para os humanos, mas também para os animais que conosco coabitam. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, a Mesa não regista inscrições para pedidos de esclarecimentos.-----

----- Não obstante, a título pessoal, dou-lhe os parabéns pela relevância do tema.-----

----- Palavra ao Deputado Municipal José Casimiro do Bloco de Esquerda para a última declaração política e sendo o José Casimiro, eu dei-lhe a palavra na esperança que ele me elogie a gravata novamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda traz aqui hoje uma Recomendação e uma Moção. Uma Recomendação sobre o recurso aos vínculos precários por parte da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, ‘Por um Município Livre da Precaridade’ que nós esperamos, colocámos esse tema, nós colocamos à consideração desta Assembleia, esperando que acolha uma maioria de votos a favor desta Recomendação.-----

----- O outro assunto que nós queríamos colocar era a sobre o problema do Metropolitano de Lisboa, ‘Por um serviço público de transporte’. -----

----- Era sobre o Metropolitano de Lisboa onde falta quase tudo! Face a uma política de desinvestimento que foi iniciada pelo anterior governo e a preparação da Empresa para a concessão a privados, levou o Metropolitano a um nível de degradação, nunca antes sentido.-----

----- Neste momento, no Metro, falta tudo. Faltam meios humanos, pois foram muitos os que foram ‘convidados’ a rescindir os seus contratos de trabalho. Para terem uma ideia, temos menos 50 maquinistas, logo a oferta não pode ser a mesma. Prometeram, em Abril, já com este governo, a entrada de 30 trabalhadores, para que se pudesse reduzir a falta de maquinistas. Este processo estaria concluído até ao final do ano passado, mas continuamos à espera. Nas áreas da manutenção também faltam as pessoas, os meios e as peças para a manutenção do material circulante, consequência da redução de custos a que obrigaram a Empresa, o que a par com o natural desgaste do material coloca em risco o normal funcionamento do serviço. -----

----- Aos trabalhadores falta já a paciência, porque estão cansados, desgastados, passaram por processos muito complicados de mudança, por perseguições, provocações e ameaças e para colmatarem as faltas de pessoal são obrigados a trabalhar mais horas, sem condições, nem meios. Agora estão no seu limite e as administrações continuam a olhar para os números e esquecem-se das pessoas. -----

----- Pelos utentes, falta o respeito que eles nos merecem, falta a limpeza das estações e dos comboios, falta a manutenção das escadas rolantes, dos elevadores, faltam comboios e os tempos de espera aumentam, faltam condições na linha verde. -----

----- Agora, o Metropolitano de Lisboa anunciou no passado dia 24 que durante os próximos meses a linha azul iria sofrer redução de serviço de transporte e que nos dias úteis os comboios circularão com destinos alternados Santa Apolónia-Pontinha e Santa Apolónia-Reboleira, ou seja, em cada dois comboios existirá um que não percorre toda a linha azul. Isto quer dizer que os comboios que farão o percurso Santa Apolónia-Pontinha não servirão quem se quer deslocar para as estações Alfarelos, Amadora Este e Reboleira.-----

----- Esta redução de percurso é de facto uma redução do serviço público de transporte que compete à Metropolitano de Lisboa! Alteração, dizem, sendo temporária, ‘tem por objetivo fazer um ajuste da oferta à procura, numa lógica de otimização dos recursos e frota disponíveis’. -----

----- Mas na realidade procura-se é esconder que a Autoridade de Mobilidade e Transportes que realizou inspeção ao serviço de transporte prestado pela Metropolitano de Lisboa que registou, e cito: ‘insuficiências substanciais no atendimento ao passageiro e no acesso a serviços e infraestruturas’ e ‘um desfasamento entre os tempos medidos’ na informação disponível nos cais das estações e ainda uma ‘indisponibilidade parcial’ na venda de bilhetes. -----

----- O mesmo relatório identifica ainda a linha azul como a mais problemática, registando nos dias da inspeção um baixo nível de pontualidade. Conclui também que a oferta de comboios não cumpre o estabelecido contratualmente com o Estado, sendo que em nenhuma das linhas do Metropolitano a frequência ultrapassa os 50%; -----

----- A sobrelotação das carruagens é outro problema grave que para além do desconforto dos passageiros, chega a impedir a entrada de quem se encontra no cais. --

----- A expansão da rede nos últimos anos tem sido concretizada com muitos erros, como o caso do cruzamento de linhas azul e verde na Baixa-Chiado ou a polémica extensão ao aeroporto pela linha vermelha em alternativa à ligação via Campo Grande.

----- Assim, colocamos a esta Assembleia que: -----

----- 1. Inste o governo para que, junto da empresa Metropolitano de Lisboa, suspenda de imediato a decisão de interromper o serviço de transporte da linha azul em toda a sua extensão. -----

----- 2. Expresse a preocupação pelos reduzidos e insustentáveis níveis de serviço público de transporte do Metropolitano de Lisboa, reiterando a necessidade de investimento na contratação de trabalhadores e em manutenção. -----

----- 3. Inste o Governo para que inicie processo negocial com Câmara Municipal de Lisboa com vista à inclusão do município na gestão operacional do serviço prestado pela empresa Metropolitano de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, tem um pedido de esclarecimento por parte do Partido Socialista e quem vai formular é o Deputado Municipal André Couto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, relativamente à Recomendação nº 2, dizer que o Partido Socialista votará favoravelmente e que a mesma resulta também do acordo entre os partidos que constituem a maioria parlamentar, que assumiram o compromisso da rápida regularização das situações de precariedade no Estado e que, tanto quanto sabemos, por esta altura está a ser feito um levantamento deste tipo de vínculos e de todas as instituições públicas e empresas da Administração Central e Local e, portanto, nós acompanhamos esta Recomendação. -----

----- Já na questão específica do Metropolitano de Lisboa, pedir ao Senhor Presidente em exercício que faça a votação ponto por ponto, na medida em que, relativamente ao ponto número um, o Partido Socialista não se sente confortável em votá-lo favoravelmente, preferindo optar por que seja solicitada informação ao Metro sobre esta questão, na medida em que se a decisão de alterar o mecanismo circulação da

carreira azul, tiver como objetivo um aumento da cadência das carreiras no restante da linha esta poderá ser uma boa medida, mas, portanto, só tendo alguma informação por parte do metropolitano e percebendo se, efetivamente, a última estação tinha uma afluência substancialmente inferior, é que nós poderemos perceber se esta foi uma boa ou uma má decisão, pelo que votaremos contra este ponto.-----

----- Relativamente ao ponto 3 desta mesma moção, dizer que nós acompanharemos com um voto positivo, mas salientar, fazer também uma salvaguarda, no sentido que a Câmara, neste momento, tem o controlo do trânsito e da mobilidade, da Polícia de Trânsito, da política de estacionamento e a gestão da Carris e, portanto, este é um cenário único e uma oportunidade que a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a mostrar, a não desperdiçar.-----

----- A inclusão, como o Bloco de Esquerda propõe, de Lisboa na gestão do Metro poderá ser um excelente contributo, no entanto, o nosso voto favorável será apenas condicionado a uma inclusão na gestão do Metro e não a uma solução semelhante àquela que foi adotada, mais recentemente, com a Carris. -----

----- Portanto, se o entendimento do Bloco de Esquerda for diverso deste, pedíamos que o dissesse e que esclarecesse, para nós podermos alterar o nosso sentido de voto. Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, microfone ao Senhor Deputado José Casimiro.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Talvez comece pelo Ponto 3, eu julgo que esse ponto seja claro, porque a gestão é operacional e, portanto, acho que está bastante claro em relação aos objetivos que nós temos. -----

----- O problema que nós colocamos relação Ponto 1 é aquela questão que nós colocamos é a seguinte: há uma diminuição, e quando a gente quer aumentar o serviço público prestado, como foi também o caso da Carris, que se pretende que haja um melhor serviço público prestado aos lisboetas e àqueles que circulam à volta de Lisboa, mas aquilo que nós temos colocado é que, efetivamente, queremos um melhor serviço público, ora para aquilo que acontece, para além daquilo que vem, que se herdou do Governo da direita, ou das direitas, aquilo que se herdou foi mau de mais para que nós chegámos a um ponto em que temos chegado em relação ao Metropolitano. -----

----- O Metropolitano era uma empresa que tinha as boas condições que tinha bons trabalhadores e que tinha excelentes, tinha excelente intervenção em termos das suas linhas e daquilo que colocava e, portanto, aquilo a que nós temos assistido em relação, nomeadamente, à linha verde, há uma redução do serviço prestado de 6 para 3 carruagens, temos uma situação que é cada vez mais se vai, em vez de intervir e de se investir no Metropolitano, aquilo que nós estamos a ver é que há uma degradação também no serviço, nas peças, nas condições de trabalho das pessoas e aquilo que a gente precisa é, efetivamente, com este Ponto 1, que haja uma inversão desta situação e que o Governo possa auxiliar em relação ao serviço público prestado, haja uma

intervenção, no sentido de haver, também, em relação à linha azul e à linha verde, mas, principalmente em relação à linha azul agora, que é aquilo que a gente aqui colocou também a prestação de um melhor serviço e a prestação de um melhor serviço é que, efetivamente, tem que haver uma intervenção para que mais maquinistas sejam recrutados rapidamente e, também, em relação às peças e às condições de trabalho dos trabalhadores, também seja melhorado para que, efetivamente, então tenhamos esse serviço público que todos nós precisamos. Daí aquilo que nós colocamos no Ponto 1 e nos outros Pontos todos e que vos trazemos à vossa consideração. Muito obrigado.”---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, encerrámos o Ponto das declarações políticas e vamos passar à votação dos Votos, Moções e Recomendações que lhes estão associados.-----

----- Vamos começar a votar pelo Voto n.º 1/137 apresentado pelo Partido Comunista Português, Voto de Saudação ‘Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora – 28 de Março de 2017. Vencer a precariedade, defender os nossos direitos!’ -----

----- O Partido Social Democrata pede a votação ponto por ponto. Só o Ponto 2 e 3, percebi bem Senhor Deputado? Todos, está bem. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 do Voto de Saudação n.º 1/137**, apresentado pelo PCP. O Ponto 1 do Voto de Saudação n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do CDS-PP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 1/137**, apresentado pelo PCP. O Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 do Voto de Saudação n.º 1/137**, apresentado pelo PCP. O Ponto 3 do Voto de Saudação n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN, 3IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 4 do Voto de Saudação n.º 1/137**, apresentado pelo PCP. O Ponto 4 do Voto de Saudação n.º 1/137 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- Portanto, o Voto n.º 1/137, apresentado pelo Partido Comunista Português foi aprovado de modo integral. -----

----- Vamos passar à votação do Voto n.º 2/137 apresentado pelo Partido Socialista ‘Saudação pelo investimento na rede de cuidados de saúde primários na cidade Lisboa’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 2/137**, apresentado pelo PS. O Voto de Saudação n.º 2/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN, 3IND. -----

----- Vamos passar à votação das Moções. -----

----- Moção n.º 1/137, pedido votação ponto por ponto. Vamos então votar. -----

----- A Moção é sobre a Transferência de Competências. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 1 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 2 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 2 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PS, CDS-PP, MPT e PNPN, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, PAN, 3IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 3 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, votos contra CDS-PP e 3IND, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN e PNPN. -

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 4 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 4 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PS, PSD, MPT, PNPN e 3IND votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 5 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 5 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do MPT e 3IND votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 6 da Moção n.º 1/137**, apresentada pelo PCP. O Ponto 6 da Moção n.º 1/137 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND. -----

----- Portanto, toda a Moção do Partido Comunista Português foi aprovada. -----

----- Vamos passar à votação da Moção n.º 2/137 do Bloco de Esquerda, também há pedido para ser votada Ponto por Ponto.-----

----- Uma interpelação à Mesa, o microfone ao Senhor Deputado Magalhães Pereira.”-

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A menos que eu me engane, eu verifico a presença de Deputados Independentes, dois e, portanto, não pode ser considerado a totalidade dos votos tem que... ou três. ---

----- Está-me aqui a dizer a Senhora Vereadora que são três e eu constato, sim, que são três.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Magalhães Pereira, eu admito, dado até o cansaço, algum *lapsus lingue*, mas eu penso que o que eu disse foi que deviam ser contados os Deputados Municipais presentes na sala, porque aqueles que estavam, e que eu sinalizei, votaram todos no mesmo sentido de voto, mas se não foi isso, o registo magnético o dirá, se não foi isso que eu disse, fica a precisão e o contributo do

Deputado Magalhães Pereira, todo modo, os serviços estão-me ali a sinalizar que eles fazem sempre o registo dos Deputados Municipais Independentes que estão presentes na sala. -----

----- Vamos passar à votação da Moção n.º 2/137, também ponto por ponto.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Moção n.º 2/137**, apresentada pelo BE. O Ponto 1 da Moção n.º 2/137 foi **rejeitado**, votos contra do PS e PNPN, abstenções do CDS-PP, MPT e 3IND votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, PAN. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 2 da Moção n.º 2/137**, apresentada pelo BE. O Ponto 2 da Moção n.º 2/137 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da Moção n.º 2/137**, apresentada pelo BE. O Ponto 3 da Moção n.º 2/137 foi **aprovado por maioria**, votos contra PCP, PEV, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT, votos a favor do PS, BE, PAN e PNPN, 3IND.-----

----- Portanto, esta Moção viu os seus Pontos 2 e 3 aprovados. -----

----- O CDS vai fazer uma de Declaração de Voto.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na presente moção por considerarem que:*-----

----- *Concordamos com a ausência, prolongada, da gestão errática do Metropolitano de Lisboa;* -----

----- *O actual Governo, com a reversão do processo de concessão a privados que garantia a necessária sustentabilidade da empresa, trocou a satisfação dos desejos dos sindicatos pelas necessidades de quem tem de usar e pagar o que deveria ser um serviço ao cidadão;* -----

----- *Há dados que não podemos deixar de salientar: não existe compra de material circulante desde 2002; de 2002 a 2012 a rede cresceu 14,7km com um número de carruagens igual a 2002; a totalidade deste crescimento decorreu de forma que dificulta a movimentação de carruagens entre linhas diferentes e acesso a parques de manutenção;*-----

----- *O CDS reafirma, uma vez mais, antes da aposta no crescimento da rede, há que repor a operacionalidade do material circulante e estudar investimentos que possam desbloquear alguns problemas de desenho de rede, como seja na interligação da linha vermelha à linha amarela;*-----

----- *Não podemos deixar de salientar que o BE, enquanto força política que apoia e sustenta a actual governação socialista, não tenha poder de intermediação que possa garantir a melhoria do sistema do Metropolitano.*-----

----- *Quanto aos pontos deliberativos da moção:* -----

----- *Ponto 1 – O CDS absteve-se porque, pese embora a dificuldade criada com as alterações na linha, não pode deixar de aferir que o nível de degradação do material circulante leva a que, em contrapartida, a opção seja a de redução do serviço nesta e noutras linhas, o que é de lamentar;* -----

----- Ponto 2 – Concordando com a necessidade prioritária de investimento em manutenção e recursos humanos, uma vez mais o BE apresenta uma proposta simplista, sem apresentar fundamentação que sustenta, no actual estado da empresa, as verbas necessárias para este efeito;-----

----- Ponto 3 – Não tem o CDS defendido outra decisão senão a inclusão da CML e de todos os restantes municípios da AML na definição da estratégia de transportes, tendo em conta que não pode ser apenas o Governo e a CML a decidir sobre matérias de implicação direta, designadamente, nos concelhos limítrofes. -----

----- Mais, não podemos continuar a abordar os problemas da mobilidade e transportes empresa a empresa, meio de transporte a meio de transporte, pelo que é imperiosa uma discussão e visão metrópole.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar à votação das recomendações. Mudar aqui a página para as Recomendações. -----

----- Recomendação 1/137 apresentada pelo Partido Ecologista Os Verdes ‘Pela descarbonização da economia’. -----

----- O 1º ponto é em separado, não há mais pedidos de Pontos? Portanto, vamos votar.

----- Voto **do Ponto 1 da Recomendação nº 1/137** apresentada pelo PEV. O Ponto 1 da Recomendação nº 1/137 foi **aprovado por maioria**, votos contra do PS, abstenções do PNP, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, 3IND.-----

----- Voto **dos Pontos 2, 3, 4 e 5 da Recomendação nº 1/137** apresentada pelo PEV. Os Pontos 2, 3, 4 e 5 da Recomendação nº 1/137 foram **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 3IND.-----

----- Portanto, toda a Recomendação do Partido Ecologista Os Verdes é aprovada na sua integralidade. -----

----- Vamos votar a Recomendação 2/137 do Bloco de Esquerda ‘Sobre o recurso a vínculos precários por parte da Câmara Municipal e Empresas Municipais’. -----

----- O microfone ao Senhor Deputado João Magalhães Pereira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, peço desculpa, se podia fazer o favor de sumarizar qual foi o resultado da votação da Recomendação nº1/137.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez continuou: -----

----- “A Recomendação nº 1/137 foi aprovada, todos os Pontos foram aprovados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, acrescentou: -----

----- “Tinha ideia que o Partido Socialista tinha votado contra o 1º Ponto.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez continuou: -----

----- “E votou, mas os cidadãos independentes não. -----

----- Obrigado Senhor Deputado, vamos então proceder à votação da Recomendação nº 2/137.-----

----- Voto **do Ponto 1 e 2 da Recomendação nº 2/137** apresentada pelo BE. Os Pontos 1 e 2 da Recomendação nº 2/137 foram **aprovados por maioria**, não há votos contra, abstenções do 3IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP.-----

----- Voto **dos Pontos 3 e 4 da Recomendação nº 2/137** apresentada pelo BE. Os Pontos 3 e 4 da Recomendação nº 2/137 foram **aprovados por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT, 3IND, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP.-----

----- A Recomendação viu todos os seus Pontos aprovados.-----

----- Vamos passar à votação da última Recomendação. Recomendação nº 3/137, apresentada pelo MPT, ‘Pela correção do sistema de iluminação pública na Avenida Cidade Praia da Victoria’.-----

----- Voto **da Recomendação nº 3/137** apresentada pelo MPT. A Recomendação nº 3/137 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do 3IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP.-----

----- Esta Recomendação do MPT é aprovada por maioria, vamos passar ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 5. APRECIACÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- **PONTO 5.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 87/CM/2017 - DESAFETACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AZINHAGA DA BARROCA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO, N.º 1, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDACÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE AS PROPOSTAS 87, 88 E 89/CM/2017**-----

----- **PONTO 5.2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 88/CM/2017 - DESAFETACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA CARLOS BOTELHO, RUAS A, B, C E D, JUNTO À PICHELEIRA - QUINTA DOS EMBRECHADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO, N.º 1, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDACÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE AS PROPOSTAS 87, 88 E 89/CM/2017**-----

----- **PONTO 5.3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 89/CM/2017 - DESAFETACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA ANTIGA QUINTA DA FEITEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO, N.º 1, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013,**

DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS. PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE AS PROPOSTAS 87, 88 E 89/CM/2017-----

----- (A **Proposta nº 87/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 88/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 89/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa às **Propostas 87/CM/2017, 88/CM/2017 e 89/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Temos o Ponto 5.1, a apreciação da Proposta nº 87/2017 ‘desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno na Azinhaga da Barroca’.

----- O Ponto 5.2 apreciação da Proposta nº 88/2017 ‘desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno sita na Rua Carlos Botelho, Ruas A, B, C e D, junto à Picheleira - Quinta dos Embrechados’, aqui com uma nota de uma correção que foi distribuída a todos os Deputados Municipais e a todos os Grupos que, onde se lê Penha de França deve ler-se Freguesia do Beato.

----- Ponto 5.3 apreciação da Proposta nº 89/2017 ‘desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na antiga Quinta da Feiteira’.

----- O Parecer é conjunto, a discussão é conjunta, a Deputada Municipal Ana Páscoa quer apresentar o Parecer? Portanto, vamos dar a palavra a Deputada Municipal Ana Páscoa para apresentar o Parecer conjunto das 3 Propostas da Comissão Permanente, a 1ª Comissão.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores. Senhores Deputados.

----- Muito rapidamente, só referir alguns aspetos fundamentais destas 3 Propostas, portanto, as Propostas, tal como foi agora também anunciado pelo Senhor Presidente em exercício, têm como objeto a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcelas de terreno acima identificadas, que foram já identificadas, visando regularizações patrimoniais em escolas Municipais, portanto, neste caso, constatou-se que as escolas referenciadas nestas Propostas se encontram em parcelas inseridas em domínio público, o que inviabiliza o necessário registo e inscrição matricial, pelo que urge proceder às diligências necessárias para a efetivação destas ações adequando o registo às verdadeiras características, natureza e função dos prédios.

----- Portanto, estamos a falar de uma escola sita na Freguesia dos Olivais, de uma outra, com a correção agora feita, na Freguesia do Beato e de uma escola em Benfica.

----- Portanto, como conclusão eu gostaria apenas de dizer que, realmente, estas Propostas são, de facto, importantes pela regularização que permitem e, como tal, em sede de Comissão, da 1ª Comissão, foram realmente apreciadas e consideramos que são Propostas boas para a cidade, através das escolas.-----

----- De qualquer forma, gostaria só de aproveitar para dizer que, mais uma vez, há Propostas que vêm com erros, são erros pequenos, desta vez, fomos hoje, de facto, informados que, afinal, a Proposta nº 88 se referia a uma escola na Freguesia do Beato e não na Penha de França, mas, de facto, eu gostaria de chamar a atenção da Câmara para que se evite, de facto, tanto quanto possível estes erros que só perturbam quem tem que analisar as Propostas. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, a Mesa não regista inscrições, a Câmara já tinha prescindido a apresentação das Propostas, mas estou certo que a Câmara, na pessoa dos Vereadores presentes tomou boa nota do esforço conjunto que tem sido feito para procurar que as Propostas cheguem à Assembleia Municipal sem esses erros ou, no caso de hoje, para que tenha sido rapidamente corrigido.-----

----- Vamos proceder à votação para terminarmos. Em separado. -----

----- Voto **da Proposta nº 87/CM/2017** – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 566,00m², sita na Azinhaga da Barroca’. A Proposta 87/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- Voto **da Proposta nº 88/CM/2017** – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 3.121,00m², sita na Rua Carlos Botelho, Ruas A, B, C e D, junto à Picheleira - Quinta dos Embrechados’. A Proposta 88/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- Voto **da Proposta nº 89/CM/2017** – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 807,00 m², sita na antiga Quinta da Feiteira’. A Proposta 89/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND.-----

----- Aprovadas por unanimidade, e damos por encerrados os trabalhos de hoje.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da

Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----